



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO

**MARIAS: A VIDA DE MULHERES QUE TIVERAM SEUS FILHOS
ASSASSINADOS PELA VIOLÊNCIA POLICIAL NO CEARÁ**

MOSSORÓ/RN
2026

ADRIELE JAIRLA DE MORAIS LUCIANO

**MARIAS: A VIDA DE MULHERES QUE TIVERAM SEUS FILHOS
ASSASSINADOS PELA VIOLÊNCIA POLICIAL NO CEARÁ**

Dissertação apresentada à Comissão Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração em Direito, Democracia e Conflitos Socioeconômicos, vinculada à Linha de Pesquisa 2 – Estado, Conflito e Direitos Fundamentais.

MOSSORÓ/RN
2026

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Lm Luciano, Adriele Jairla de Moraes.
 Marias: a vida de mulheres que tiveram seus
 filhos assassinados pela violência policial no
 Ceará / Adriele Jairla de Moraes Luciano. - 2026.
 88 f. : il.

 Orientador: Felipe Araújo Castro.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
 Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em
 Direito, 2026.

 1. Violência policial. 2. Movimento de Mães.
 3. Periferia. 4. Racismo. I. Castro, Felipe
 Araújo, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Biblioteca Campus Mossoró / Setor de Informação e Referência
Bibliotecária: Keina Cristina Santos Sousa e Silva
CRB: 15/120

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

ADRIELE JAIRLA DE MORAIS LUCIANO

**MARIAS: A VIDA DE MULHERES QUE TIVERAM SEUS FILHOS
ASSASSINADOS PELA VIOLÊNCIA POLICIAL NO CEARÁ**

Dissertação apresentada à Comissão Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração em Direito, Democracia e Conflitos Socioeconômicos, vinculada à Linha de Pesquisa 2 – Estado, Conflito e Direitos Fundamentais.

Defendida em: 26/02/2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



FELIPE ARAUJO CASTRO

Data: 02/03/2026 15:50:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Felipe Araújo Castro (UFERSA)
Presidente

Documento assinado digitalmente



MARIO SERGIO FALCAO MAIA

Data: 02/03/2026 12:40:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Mário Sérgio Falcão (UFERSA)
Membro Examinador

Documento assinado digitalmente



MAIRA DE DEUS BRITO

Data: 02/03/2026 15:31:24-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Maíra de Deus Brito (IDP)
Membra Examinadora

Documento assinado digitalmente



MARIA ANGELICA DOS SANTOS

Data: 02/03/2026 18:33:57-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Maria Angélica dos Santos (UFV)
Membra Examinadora

Dedico esta dissertação à maior e melhor professora que tive o privilégio de ter dentro de casa. À Adriana, minha mãe, mulher que carrega um mundo dentro de um sorriso, de fé inabalável, aprendiz entusiasmada de minha avó. A ela dedico esta pesquisa. Uma pesquisa escrita por uma mulher, sobre mulheres, dedicada a outra mulher.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa me atravessou em um dos momentos mais delicados da minha vida. Talvez tenha sido um divisor de águas; talvez uma mudança de rota na vida acadêmica. O que sei é que ela foi o meu alicerce para continuar. Não necessariamente no programa, mas na vida. Por isso, este trabalho carrega mais do que reflexões teóricas: carrega pessoas, afetos e presenças que me sustentaram quando tudo parecia ruir. A elas, minha profunda gratidão, verdadeiros alicerces, verdadeiros anti-inflamatórios da existência.

Primeiramente, não haveria eu se não existisse Ele. **A Deus** dedico meu maior agradecimento, pela forma como me conduziu até aqui. Em meio a tantos caos, desalinhamentos, doenças e preocupações, nunca me senti desamparada. Pelo contrário, Tua presença foi visível, sentida e testemunhada por muitos ao meu redor. Aquilo que poderia parecer repentino ou sem explicação me emocionava justamente por revelar o cuidado divino. Eu não teria conseguido chegar até aqui sem esse suporte. E sigo, assim como as mulheres com quem conversei nesta pesquisa, porque Deus é comigo.

Agradeço àquela a quem dedico esta dissertação: **mainha**. Minha maior fã, aquela que acredita nos meus sonhos mais loucos. A que me conhece na expansão que sou: grandiosa, espalhafatosa até nos desejos e projetos. Ri com verdade a cada nova ambição que conto, a cada lugar onde digo que quero chegar. E, por mais impossível que o sonho pareça, nunca duvida: acredita que eu vou conseguir. Mais do que acreditar, faz de tudo o que está ao seu alcance para tornar os caminhos menos árduos. Por isso, hoje me torno mestra em Direito. Não porque meus dias sempre foram de calma, mas porque ela sempre foi o guarda-chuva nos dias de tempestade. Jamais esquecerei de cada oração, de cada gesto de cuidado, de cada crença em mim quando nem eu mesma conseguia. Eu não seria quem sou sem suas orações ferrenhas. É verdade: quem tem família, tem tudo. Porque, mesmo quando parece que não se tem nada, há sempre um lugar para voltar. Obrigada, **mainha, painho e minha irmã Isabel**, por serem força basilar, por serem família presente. Uma família cheia de personalidade, opiniões fortes e afeto genuíno e que não seria família se não fosse assim, nem sem um cachorro de estimação mais expansivo do que eu para movimentar os dias aparentemente calmos.

Ao meu marido, **Gabriel**, o amor da minha vida. A pessoa com quem quero dividir tudo o que essa vida tem de bom. Um amor que eu nunca havia sentido e que se renova a cada dia nesses quase sete anos juntos. Obrigada por ser meu maior cúmplice, meu companheiro constante, o ouvido certo quando minha vida parece desalinhada e o acalento

quando o mundo lá fora está em caos. Eu te amo mais do que um dia imaginei ser possível. Se hoje consigo viver (e escrever) o amor de forma plena, é porque te conheci. Não apenas o amor que sinto por você, mas o amor que me faz sentir amada. Mesmo quando o mundo insiste em tentar me tirar de lugar, para você nada é impossível para mim. Te amo, te amo, te amo. E te amo ainda mais hoje, porque já não somos dois, somos três.

Agradeço de maneira muito especial ao meu melhor amigo e irmão, **Rannyson**. Um nome que pode soar estranho, mas que está entranhado na minha vida, seja na escrita, na voz ou na memória. Presente mesmo a quilômetros de distância. Eu te amo, meu amigo. Obrigada por compartilhar os maiores e melhores momentos da minha trajetória, mas também por permanecer nos dias mais difíceis. Nada disso teria sido possível sem nossa irmandade desde o ensino médio. São mais de dez anos juntos, e sempre será eu por você e você por mim.

Obrigada às minhas amigas **Giovanna e Thais**. Amigas e pesquisadoras que admiro profundamente, e que dividiram comigo essa jornada acadêmica exaustiva desde a graduação. Juntas, conhecemos e nos indignamos com o Direito que nos cerca. Vocês me inspiram e me renovam. A caminhada não se tornou menos pesada por estarmos juntas, mas se tornou menos custosa, porque nunca estive sozinha nos meus medos e inseguranças. Que a gente conquiste o mundo e que esse mundo nos devolva a paz e o sossego que tanto desejamos. Amo vocês.

Por fim, não poderia deixar de agradecer ao **Grupo Direito e Raça**. Um grupo que nasceu timidamente na UFERSA, em 2021, mas que ganhou forma, voz e espaço profundo na minha vida. Foi ali que aprendi a me identificar, a nomear o que antes eu sentia, mas não sabia dizer. É o lugar onde me sinto mais forte dentro da Universidade: uma sala pequena, mas carregada de potência. O Direito e Raça me salvou e me salva todos os dias. Me instiga a ser melhor, a não desistir de enfrentar, de bater de frente, de abrir caminhos. Caminhos que não são apenas meus, mas de muitos outros, assim como tantas abriram para mim. Obrigada, Direito e Raça. Obrigada.

RESUMO

A presente dissertação investiga as experiências e narrativas de mães que tiveram seus filhos assassinados pela violência policial no estado do Ceará, tomando como referencial teórico-metodológico a escrevivência, conceito elaborado por Conceição Evaristo e apropriado por autoras negras no campo acadêmico como forma de escrita política, sensível e situada. Partindo de uma trajetória pessoal atravessada pelo racismo e por experiências acadêmicas de enfrentamento às estruturas eurocentradas do Direito, a pesquisa busca compreender quem são essas mulheres antes do acontecido, como elaboram o luto, quais impactos a perda provoca em suas vidas e de que maneira se organizam politicamente diante da violência de Estado. Diante disso, a pesquisa foi redirecionada para a escuta de mulheres vinculadas a movimentos politicamente organizados no estado do Ceará, em especial o Movimento de Mães e Familiares do Curió e o Movimento Mães da Periferia. A partir de encontros presenciais, as narrativas foram transformadas em contos, respeitando integralmente as falas, os sentidos e as temporalidades atribuídas pelas próprias mulheres às suas trajetórias. A análise desenvolvida aponta que o assassinato desses jovens constitui uma das expressões mais contundentes da violência estatal, a qual não se encerra no momento da morte, mas se prolonga na omissão institucional, na burocratização do luto, no adoecimento dos corpos e na produção sistemática de silêncios. Ao mesmo tempo, evidencia-se o papel central dos movimentos de mães como espaços de cuidado, memória, denúncia e resistência coletiva. A dissertação busca, assim, contribuir para a visibilização dessas experiências e afirmar a escrita como prática política no campo jurídico, deslocando o olhar do Direito para os corpos e as vidas historicamente desautorizadas a falar.

Palavras-chave: Violência policial; Movimento de Mães; Periferia; Racismo.

RESUMEN

*La presente disertación investiga las experiencias y narrativas de madres que tuvieron a sus hijos asesinados por la violencia policial en el estado de Ceará, tomando como referente teórico-metodológico la *escrevivência*, concepto elaborado por Conceição Evaristo y apropiado por autoras negras en el campo académico como una forma de escritura política, sensible y situada. A partir de una trayectoria personal atravesada por el racismo y por experiencias académicas de confrontación a las estructuras eurocentradas del Derecho, la investigación busca comprender quiénes son estas mujeres, cómo elaboran el duelo, cuáles son los impactos de la pérdida en sus vidas y de qué manera se organizan políticamente frente a la violencia del Estado. Ante ello, la investigación fue redirigida hacia la escucha de mujeres vinculadas a movimientos políticamente organizados en el estado de Ceará, en particular el Movimiento de Madres y Familiares del Curió y el Movimiento Madres de la Periferia. A partir de encuentros presenciales, las narrativas fueron transformadas en relatos, respetando íntegramente las voces, los sentidos y las temporalidades atribuidas por las propias mujeres a sus trayectorias. El análisis desarrollado señala que el asesinato de estos jóvenes constituye una de las expresiones más contundentes de la violencia estatal, la cual no se agota en el momento de la muerte, sino que se prolonga en la omisión institucional, en la burocratización del duelo, en el deterioro de los cuerpos y en la producción sistemática de silencios. Al mismo tiempo, se evidencia el papel central de los movimientos de madres como espacios de cuidado, memoria, denuncia y resistencia colectiva. De este modo, la disertación busca contribuir a la visibilización de estas experiencias y afirmar la escritura como una práctica política en el campo jurídico, desplazando la mirada del Derecho hacia los cuerpos y las vidas históricamente desautorizadas para hablar.*

Palabras clave: *Violencia policial; Movimiento de Madres; Periferia; Racismo.*

SUMÁRIO

PRÓLOGO: CARTOGRAFIA DE UMA EXISTÊNCIA NO DIREITO.....	11
INTRODUÇÃO SOBRE ESCRITA, ESCUTA E MEMÓRIA.....	26
1. CONTOS DE VIDA E MORTE: MÃES QUE SANGRAM, MÃOS QUE LUTAM... 35	35
1.1. Maria do Curió.....	35
1.2. Maria do Mães da Periferia.....	42
2. INFÂNCIAS EMBRUTECIDAS.....	50
3. DEPOIS QUE ELE MORREU.....	63
3.1. Tempo.....	63
3.2. Corpo.....	66
3.3. Percepções do mundo.....	69
4. ENTRE O LUTO E O ESTADO.....	72
4.1. O primeiro encontro.....	73
4.2. Omissão e ausência de reparação.....	76
4.3. Os Movimentos de Mães.....	78
CONCLUSÃO.....	81
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICES.....	88

PRÓLOGO: CARTOGRAFIA DE UMA EXISTÊNCIA NO DIREITO

“Nega”.

Chamada assim, carinhosamente, por painho desde a infância. Para mim, nunca houve dúvida: sempre fui lida como uma mulher negra.

Na minha família basilar, composta por mim, meu pai, minha mãe e minha irmã, os comentários já anunciavam o óbvio: uma puxou ao pai, a outra à mãe.

Na infância, eu ainda não conseguia identificar os traços do racismo estrutural. Depois de crescida, muita coisa começou a fazer sentido.

Quando estávamos eu, minha mãe e minha irmã juntas, era comum que as pessoas não me reconhecessem como filha de uma mulher branca.

“A mais nova é a sua cara, mas a mais velha já não parece tanto”.

Não pareço por quê?

“É porque ela se parece com o pai, que é mais escuro”.

“Ah...”

Ninguém dizia, de forma explícita, que era pela cor da pele, mas todas sabíamos. A linguagem era sutil, quase inocente, mas o código era visível. Talvez o mesmo desconforto surgisse quando era meu pai quem andava com minha irmã mais nova.

À medida que fui crescendo, minha família e os colegas da rua continuaram a me enxergar como negra.

O racismo que vivi, por muito tempo, teve a marca do estrutural.

Não me parecia com minha mãe branca.

Era sempre a mim que cabiam os afazeres domésticos.

Nunca me foi dada a opção de ser a donzela, como se espera das mulheres brancas: delicadas, meigas, caladas.

A mim, se atribuía um corpo feito para aguentar tudo.

E aí de mim se demonstrasse medo. Painho não gostava. Não criou filha para ser fraca.

Mesmo sem compreender tudo na época, algo em mim já ecoava as palavras de Sueli Carneiro (2011): não me era permitido acessar o mesmo feminismo do qual gozam as mulheres brancas.

E, ao mesmo tempo, compreendia a preocupação de painho.

Não ser fraca.

Aguentar.

Conseguir.

Ultrapassar barreiras.

E provar que a filha de Escurinho também pode.

Passei todo o Ensino Fundamental e Médio alheia a esse assunto. Eram espaços em que pouco, ou quase nada, se discutia sobre relações raciais e de gênero, de maneira indissociada. Ainda assim, sempre tive curiosidade de pesquisar nessa área. Mas, no Ensino Médio, algo me travou.

Comecei a me sentir deslocada.

Errada.

Não sei. Comecei a duvidar de mim.

Vivi aquele dilema de quem não consegue se identificar por inteiro.

Quem eu era?

De onde eu vinha?

O que eu já tinha vivido?

Foi apenas na graduação, com o surgimento do Grupo de Leituras Críticas em Direito e Raça¹, que eu, finalmente, consegui me encontrar.

Ali, as experiências que eu carregava sozinha, guardadas no peito como se não fossem legítimas, começaram a ganhar nome, lugar e sentido.

Aquelas dúvidas sobre identidade, aquele medo de afirmar: sou negra!

No receio, eu dizia, com vergonha: *sou parda*.

Como se ser parda não fosse, também, ser uma mulher negra.

Como se eu ainda precisasse de autorização para existir.

Foi então que compreendi: o mundo já me lia como negra antes mesmo que eu me reconhecesse assim.

De súbito, tudo ganhou contorno, lembranças dispersas da infância, retalhos da adolescência, silêncios da juventude... tudo, enfim, fez sentido.

Era o racismo, o nome daquilo que antes eu não soubera nomear.

E como não percebi?

Por que duvidei tanto de mim?

Mas a partir dali, algo se abriu.

Comecei a me sentir mais leve, mais livre.

¹ Grupo de pesquisa da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). O Projeto tem como objetivo concentrar pessoas interessadas em discutir os aspectos da juridicidade e suas intersecções com as questões de racialidade, do gênero e demais outridades. Instagram: @direitoeraca.ufersa. E-mail para contato: leiturascriticas@ufersa.edu.br.

Percebi que o meu estranhamento com o Direito não era burrice nem desleixo, era desencanaixe.

Não era eu quem não compreendia: era o Direito que não se escrevia para mim.

Na verdade, aquele Direito que se ergue nas salas de aula parecia moldado para que eu jamais me sentisse pertencente.

Quantas vezes não me perguntei se aquele era mesmo o meu lugar?

Os textos: densos, frios, enfileirados de palavras como muralhas.

Os termos: tantos, lançados como se devêssemos saber antes mesmo de entrar na sala.

E a vergonha, a vergonha de levantar o braço.

A vida, em contrapartida, me ofertou encanto pelas salas de aula, herança viva de uma mãe professora.

Mas a mesma sala que um dia me seduziu, tantas vezes se transmutou em território hostil.

Na graduação, certa vez, ousei perguntar. Quis entender a metodologia do professor que não estava agradando a nenhum dos colegas de classe. Ele me respondeu que eu fazia um circo da sala de aula. E completou: “quando você estudar mais um pouquinho e se tornar servidora pública, aí sim poderá questionar”. Demorou quatro anos, mas, aparentemente, agora posso questioná-lo.

Durante muito tempo, calei.

Não enxergava com nitidez as tramas de poder que permeavam o espaço.

As vozes que ecoavam eram sempre as mesmas.

Os rostos que se destacavam, também.

Eles sabiam debater. Suas dúvidas pareciam mais válidas que as minhas.

Mas passei a impor também. A traçar, com firmeza, caminhos outros. Me descobri inclinada a metodologias que não se curvavam ao centro europeu, caminhos de saber que não me excluía, mas me reconheciam. Passei a escrever em primeira pessoa, a me nomear, a me colocar como sujeita de minha própria narrativa. Passei a me sentir parte do que escrevia, e queria que quem me lesse não apenas decifrasse palavras, mas me enxergasse por entre as linhas.

Essa, à primeira vista, foi uma escolha metodológica motivada pela fluidez: eu me via ali, e era mais fácil escrever, ler, compreender. E então me perguntei: por que não? Por que não adotar aquilo que me serve, que me acolhe, que me impulsiona dentro do campo jurídico?

A resposta, infelizmente, é velha conhecida: a rigidez eurocentrada, machista e racista que insiste em nos desumanizar, arrancar-nos a subjetividade, silenciar nossas vozes e epistemologias. Mas eu decidi. E na minha monografia fui amparada, por amigadas, por orientadores que me reconheceram e, no Direito e Raça, fui acolhida e vi outras coragens espelhadas na minha.

A escrita em primeira pessoa, então, foi além do conforto. Tornou-se uma escolha política. Um gesto de resistência, uma forma de existência. Ancorada na coragem de Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Maria Angélica dos Santos, Grada Kilomba, Máira de Deus Brito, Sueli Carneiro e tantas outras mulheres que me atravessaram, me vi nelas, me reconheci, me encantei. Com elas compreendi que escrever, sobretudo escrever, é gesto de coragem, é poética insurgente, é política cotidiana. É enfrentar o cânone e inventar-se sujeita onde antes só nos queriam objeto.

Então, não haveria forma diferente de conduzir essa pesquisa e escrita.

Durante muito tempo, imaginei o mestrado acadêmico como apenas mais um título, uma etapa formal, um rito de passagem rumo ao que sempre desejei: a docência. Mas aquele espaço se tornou um ambiente que por muito tempo me arrependi de estar.

E, paradoxalmente, que bom que estou nele.

É estranho perceber-se ponto de encontro com a correnteza. Ser a margem que resiste à força do rio.

Incomoda. Desloca.

Incomoda *elas*, acostumados com a maré calma das estruturas; mas fortalece *nós*, que aprendemos a nadar contra a corrente, com os braços das que vieram antes.

Na coragem de algumas, encontrei abrigo para a minha.

E me emociona saber que, de algum modo, outras também se reconhecem e se encorajam em mim.

Mas não é simples.

A coragem exige resistência.

Na última reunião de avaliação do Programa, disseram que eu tinha a “casca muito dura”. Disseram isso depois de um desabafo que me atravessou em público. Então disseram que agora entendiam o porquê. Mas o que é essa “casca dura”? Será responder quando sou acuada? Será manter firme uma escolha metodológica, mesmo quando fui humilhada por ela em sala de aula?

Era apenas a minha terceira semana no mestrado. Trazia ainda o frescor da graduação, os olhos cheios de sonhos e a fala leve de quem não imaginava os pesos que viriam. Sonhava. Sonhava alto.

A aula era numa tarde de quinta-feira.

Disciplina de Metodologia.

O professor visitante havia convidado um colega, docente de uma universidade do Ceará, para participar do que chamaram de “workshop” sobre como construir um projeto de pesquisa.

Ainda enquanto ele apresentava as diretrizes da introdução, ousei levantar a mão. Perguntei se seria pertinente já mencionar a escrita em primeira pessoa logo de início ou se, talvez, valesse abrir um espaço específico no artigo para tratar disso.

Foi um gesto simples. Ingênuo, talvez.

Não imaginava que aquela pergunta abriria a porta para o abismo.

“Você escreve em primeira pessoa? Tem uns esquizofrênicos que escrevem assim mesmo”.

Essa foi a primeira frase. A primeira de uma série de violências machistas, racistas, transfóbicas, lançadas sem pudor algum dentro de uma sala de aula.

Minha pergunta não foi sobre permissão. Não pedi opinião sobre a legitimidade da minha escrita. Não cheguei ali sem lastro, sem corpo, sem história. Foram anos de busca por autoras que me ensinassem a pensar a partir de mim, a escrever a partir de nós. Foi um processo de forjar minha escrevivência jurídica, como nomeia Maria Angélica (2023).

Mas sua indignação não parou na estranheza.

Ela cresceu.

Cresceu até se tornar sentença: “o que você faz não é ciência. No máximo, um artigo de opinião”.

Naquela sala, éramos vinte. Dezesseis homens, quatro mulheres, contando comigo. Uma delas não estava presente. Ficamos três. E, diante do ataque, apenas quatro vozes se ergueram: a minha, a das duas companheiras e a de um único colega homem.

Quinze outros homens, dezesseis, se somarmos o professor, escolheram o silêncio. Silêncio que ecoou mais alto que qualquer grito.

Homens que, em outros momentos, não se furtam a opinar, debater, argumentar. Homens que, nos corredores, manifestaram revolta pelo ocorrido.

Mas que, ali, diante da violência explícita, se calaram.

Nos viram sendo silenciadas, interrompidas, deslegitimadas. E não se incomodaram.

Foram espectadores do constrangimento de uma mulher. De três mulheres. De uma sala que já não era abrigo, mas arena.

Não importava quantas referências eu citasse, quantos nomes eu evocasse para dizer: “não estou só”. Nada o parava.

Eu não era a primeira a trilhar aquele caminho. Mas, estranhamente, parecia a primeira a estar de frente com ele, olhos nos olhos, voz na garganta, e não nos rodapés.

Ele, desacostumado com as vozes que desobedecem, me perguntou por que eu não pesquisava a branquitude. Por que pessoas negras, militantes, não escolhem esse tema.

Ora, pesquisamos. Cida Bento (2022) me acompanhava como um escudo, e foi o nome que ofereci. Mas não bastava. Ele queria que falássemos das dores de pessoas brancas.

Quando viu que eu não cedía, lançou outra pergunta: “você já escreveu alguma coisa em primeira pessoa?”

Respondi que sim, minha monografia. E foi então que ele teve a ideia de projetá-la no datashow, diante da sala inteira, como se aquilo fosse parte do plano de ensino.

Leu em voz alta.

E então disse:

“Ah, eu esperava uma coisa ruim. Mas seu trabalho tá bom.”

Obrigada?

Não pedi validação, tampouco esperava. Tudo aquilo nasceu de uma pergunta, que nunca teve resposta.

Das 15h às 17h30, numa quinta-feira qualquer, fui testemunha de um suplício sem pausa. E o silêncio cúmplice da sala, sobretudo do professor, foi o pano de fundo perfeito para que a cena se eternizasse.

Como se não bastasse, ele ainda abriu os trabalhos que recusou enquanto avaliador de uma revista.

Curiosamente (ou não) todos tratavam de gênero e raça.

Eu já sabia que essas coisas aconteciam. A gente debate, a gente escuta, a gente compartilha nos grupos, nas rodas, nos corredores da militância.

Mas quando acontece com a gente, o corpo não entende.

A mente vacila.

Parece que não é real.

Fiquei ali, tentando decifrar se era isso mesmo que estava acontecendo.

E quando me defendi, quando tentei explicar (mais uma vez) não sabia o quanto aquilo ainda me machucaria depois.

Os burburinhos começaram a circular.

Alguns sabiam, outros, inclusive as duas docentes do programa, ainda não.

Foi só depois, bem depois, que a ficha caiu.

Digeri tudo.

E chorei.

Não sei que nome dar àquele sentimento.

Era vergonha?

Era raiva?

Era solidão?

Talvez fosse tudo junto.

Me senti invalidada.

Como se nada daquilo tivesse importância.

Fui encorajada a escrever uma nota de repúdio. A contar a minha história. Contei a um professor também militante. E ele, num tom brando e duro ao mesmo tempo, respondeu:

“Se eu fosse você, não faria isso.”

Melhor varrer pra debaixo do tapete.

Melhor se calar.

Se quiser fazer doutorado, é o caminho mais seguro.

Naquele momento, calei por medo. Medo de não conseguir subir os degraus da vida por conta disso.

Hoje, penso diferente. Se é preciso me moldar a uma caixa para caber em um doutorado, eu cansei. Cansei de tentar me encaixar onde só me apertam. Se eu não for suficiente, sigo por outro caminho. Um caminho em que minha cara, minha voz e meus pensamentos não sejam justificativas para a recusa, como já foram antes.

Não sei se isso é coragem ou fraqueza. Mas sei que é um sinal de cura.

Houve também respiro.

Meu orientador, Felipe, me ajudou a organizar um evento sobre a Escrivência.

Maria Angélica e outras pesquisadoras compuseram aquele espaço com uma potência que só quem escreve desde a pele conhece.

Foi abraço.

Foi afago.

Foi cura temporária.

Na sala de aula, no entanto, o cenário era outro.

Meu projeto não era discutido, era atacado. Não me orientavam sobre os objetivos, o sumário, os caminhos teóricos possíveis.

Só repetiam: **isso não é uma pesquisa jurídica.**

“O que seria a Escrivivência?”, perguntavam.

E eu explicava.

De novo.

De novo.

De novo.

Até o cansaço virar desânimo.

Até o corpo não querer mais explicar.

E me doía ainda mais saber que outros projetos, muitos deles com abordagens da economia, nunca recebiam tais questionamentos.

No fim de cada disciplina, era preciso entregar um artigo. E eu entregava.

“Não sou acostumado com esse tipo de escrita, sou mais tradicional”.

Diziam, sempre.

E eu entendia que minha escrita poderia causar certa estranheza.

Mas ouvir aquilo toda vez me adoecia. A estranheza deles virava peso em mim.

Criei raiva. Do mestrado, das aulas, dos eventos.

Nada me motivava.

A pesquisa, que sempre foi meu sonho, não me trazia alegria.

Eu estava desempregada, sem bolsa, e toda aula era uma arena. Meu tema era o alvo. Minha escrita, o erro.

Pensei ter feito a escolha errada.

Me arrependi.

Mas já que eu estava ali, prometi a mim mesma que continuaria. Por mim. E por todas as que viessem depois.

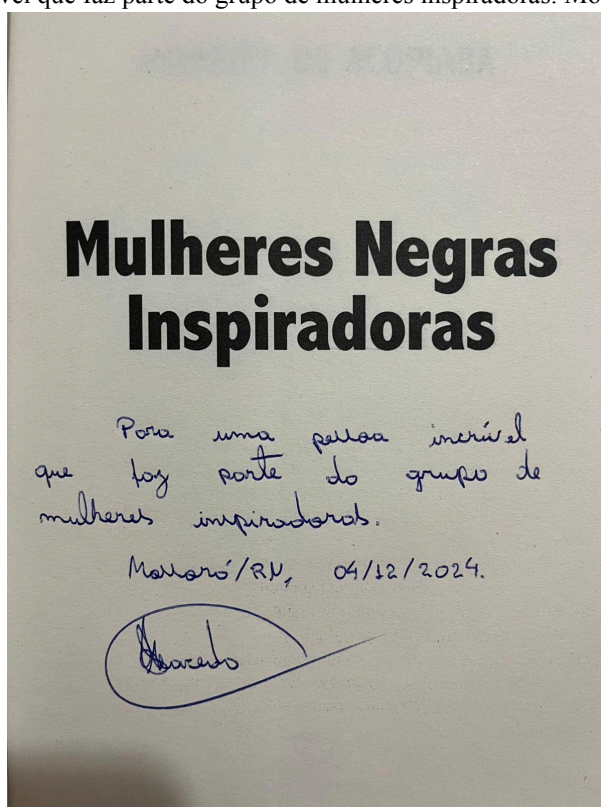
E foi então, num gesto inesperado, que um colega de turma me enviou uma mensagem. Disse que viu um livro e lembrou de mim. Chegou no mês do Natal.

Pequeno gesto.

Mas, naquele momento, pareceu tudo.



Imagem 2: Contracapa do livro “Mulheres Negras Inspiradoras”, de Moreira de Acoiara, com dedicatória: “para uma pessoa incrível que faz parte do grupo de mulheres inspiradoras. Mossoró/RN, 04/12/2024”.



Isso me deu força.

Foi como se, por um instante, a minha voz ecoasse em outras bocas, em outros olhares. Que bom, que bom mesmo, que outras pessoas estavam enxergando minha luta como uma luta, e não como um espetáculo. Por vezes, me perguntei se não estava apenas fazendo barulho. Se eu não era, mais uma vez, a mulher incômoda, estridente, a que insiste demais. Não é raro isso nos atravessar. Toda mulher que ousa ter personalidade já se perguntou se não seria melhor calar.

Ser mulher, ao final da graduação, e mais ainda ao exercer a advocacia, me ensinou, com certa amargura, que o mundo segue girando mesmo quando você grita por justiça. E segue girando como se seu grito fosse vento.

Lembro de um dia comum, no escritório onde atuava como advogada. Quem chegava ali via uma bancada à frente da porta, onde ficava a recepcionista. Em frente, uma fileira de cadeiras para os que aguardavam atendimento. Era quase meio-dia. A recepcionista havia saído para almoçar, e eu estava sentada numa dessas cadeiras, à espera de uma carona e outros dois homens estavam sentados ao meu lado.

Alguém bate na porta. Levanto e vou abrir. Era uma assistente social da escola onde estudei. Trocamos um cumprimento breve, ela me reconheceu, eu também. Entrou dizendo que tinha uma reunião, ainda que sem motivo claro para justificar a informação. Em uma das mãos, carregava um copo plástico, já vazio. Talvez tivesse tomado um suco de abacaxi, pela coloração.

De repente, ela me estende o copo.

Olho para ela, confusa.

O que ela esperava que eu fizesse com aquilo?

“Você pode jogar pra mim no lixo?”, pediu.

Minha confusão ficou visível no rosto, apesar de que poderia fazer essa gentileza. E talvez por isso ela completou, com naturalidade:

“Mas você não trabalha aqui?”

Sim, eu trabalhava ali. Mas não do jeito que ela imaginava. Não era recepcionista. Não era da limpeza. Eu era advogada.

Mas respondi, apenas:

“Não”.

Ela, então, virou-se para o lado e jogou o copo no cesto que estava ali, à vista dela o tempo todo.

Ela viu o cesto. Mas preferiu o gesto de mandar.

Por que me escolheu, entre os que estavam ali? Por que não pediu ao homem sentado ao meu lado?

Estava de salto. Estava arrumada. Usava as vestes que, dizem, demonstrar profissionalismo em uma mulher.

E isso me persegue. Será que preciso me arrumar mais? Usar uma roupa ainda mais “formal”?

Essa semana, em outro espaço, outro constrangimento. Dessa vez, ao registrar um Boletim de Ocorrência acompanhando uma cliente. A seriedade do processo, a gravidade da denúncia, tudo escoado num tratamento que me reduziu.

“Bebê”.

Foi como o agente policial me chamou. Repetidas vezes. Na frente da minha cliente.

Meu nome era “bebê”, como se fosse afeto, pela minha idade.

Mas não era. Era desdém. Era desautorizar.

E o mundo continua a girar. Impassível. Independente das dores que carrega.

Não fomos ensinadas a lidar com essas feridas que atravessam a carne e a alma. Muitas vezes, sequer conseguimos nomeá-las. E há quem prefira nem olhar para elas.

Dentro dessa realidade de ser mulher, com todas as camadas de silenciamento, de dor, de resistência, eu já sabia, ainda na graduação, que desejava seguir pesquisando outras mulheres. Sujeitas que, como eu, carregam mundos dentro de si.

Foi justamente nessa caminhada, ao buscar compreender como essas histórias se entrelaçam com estruturas de poder e exclusão, que me deparei com um episódio de mulheres cujas vidas foram rasgadas por uma chacina: a Chacina do Curió.

O massacre aconteceu entre a madrugada dos dias 11 e 12 de novembro de 2015, na região da Grande Messejana, em Fortaleza/CE. Segundo as investigações, tudo teria sido motivado pela morte de um policial militar, Valtemberg Chaves Serpa, assassinado durante um assalto, enquanto estava ao lado da esposa.

Em resposta, cerca de 45 policiais militares, alguns deles fora do horário de serviço, articularam uma retaliação. Invadiram o bairro do Curió e deixaram um rastro de sangue e luto: onze pessoas assassinadas, em sua maioria jovens entre 16 e 18 anos, sem qualquer passagem pela polícia (G1, 2025).

E o mundo... seguiu girando.

Essas mulheres, no entanto, não. Juntas, com o apoio da Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPCE), se organizaram politicamente em busca de justiça. Nomearam-se: Movimento de Mães e Familiares do Curió.

Na minha monografia, voltei-me para esse gesto político: como elas se articulavam, o que esperavam da justiça, como enxergavam o julgamento que, após sete anos, finalmente ocorreria². Meus olhos estavam voltados para o movimento, o coletivo, o ato político, a denúncia.

Agora, penso diferente.

Desta vez, quero saber como cada uma delas carrega esse peso. Que caminhos percorreram até aqui? O que sonhavam para o futuro? Como suportam a frustração?

Hoje, desejo ouvir suas histórias. Mais do que descrevê-las, quero escutá-las com a reverência que cada memória exige. Não se trata de ignorar os fatos que levaram à perda de seus filhos, mas de não fazer desses episódios o único ponto de partida ou de chegada. Quero narrar a existência para além da dor, ainda que a dor seja parte dela.

A escolha por essa abordagem não surgiu de uma decisão técnica, mas de um processo íntimo, subjetivo, vivido entre a escuta como filha e o olhar atento como pesquisadora. Foi nessa travessia que compreendi: há histórias que são vistas, mas não são contadas, ou, se contadas, são interrompidas. É nesse entrelugar que se inscreve esta dissertação: uma tentativa de contar o que tantas vezes foi silenciado. Uma tentativa de fazer da escuta uma forma de reparação.

Este trabalho é sobre mulheres. Mais precisamente, sobre mães que tiveram seus filhos assassinados pela violência policial.

Desde minha monografia, acompanho o Movimento de Mães e Familiares do Curió, tanto em sua atuação política regional quanto em sua inserção nas articulações nacionais. A partir desse contato, fui conhecendo outros movimentos que compartilham da mesma luta. Acompanho, ainda que à distância, os Encontros Nacionais de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado³, como o realizado em maio de 2025, em Florianópolis/SC (IDMJRACIAL, 2025). E sigo atenta à tramitação do Projeto de Lei nº 2.999/2022, que

² Os julgamentos relacionados ao caso vêm ocorrendo de forma escalonada desde o ano de 2023, revelando decisões judiciais contrastantes. No primeiro julgamento, realizado entre 21 e 25 de junho de 2023, quatro policiais foram condenados a um total de 275 anos e 11 meses de prisão, sem absolvições. Já no segundo julgamento, ocorrido entre 29 de agosto e 6 de setembro de 2023, todos os oito policiais militares foram absolvidos, o que motivou o Ministério Público a recorrer da sentença. No terceiro julgamento, realizado entre 12 e 16 de setembro de 2023, houve nova divisão nas decisões: dois policiais foram condenados, enquanto outros seis foram absolvidos. O quarto julgamento está previsto para começar em 25 de agosto de 2025, envolvendo sete réus, e o quinto julgamento tem início marcado para 22 de setembro de 2025, com três réus no banco dos réus (G1, 2025).

³ Todos os anos, ocorre o Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado, reunindo representantes de diversos movimentos sociais de todo o Brasil. Durante o encontro, os grupos presentes, juntamente com a coordenação e organizações parceiras, constroem coletivamente uma carta política. Esse documento reúne orientações e posicionamentos a serem multiplicados e fortalecidos em âmbitos local, regional e nacional.

propõe a criação da “Lei Mães de Maio”, um Programa de Enfrentamento aos impactos da violência institucional e da revitimização de mães e familiares das vítimas e/ou sobreviventes, por meio da atenção social integral.

Apesar do tempo, sigo em contato com uma das líderes do Movimento de Mães e Familiares do Curió, pelas redes sociais. Essa presença contínua, mesmo virtual, é uma forma de expressar meu apoio. Desde o início, me inquietava a sensação de que minha pesquisa pudesse girar apenas em torno de mim, como se eu chegasse, ouvisse, recolhesse os fragmentos mais duros das suas vidas, e partisse. Não quis isso. Não me reconheço nessa lógica extrativista.

Por isso, optei por contar histórias de outro modo. Porque compreendo que ser mulher tantas vezes é sinônimo de ter a voz apagada. Porque imagino que o fardo de ser mulher, sobretudo mulher-mãe que perdeu um filho para o braço armado do Estado, é pesado demais para ser carregado no silêncio.

O movimento de mães que perderam seus filhos devido à violência estatal começou a ganhar visibilidade nos anos 1990. Inicialmente, essas mulheres se uniam em busca do direito mínimo de chorar e enterrar seus filhos (Alvin, 1995). Com os anos, essa união de mulheres que compartilham profundo ultraje que sentem, se consolidou em uma extensa rede nacional de mães que tiveram seus filhos vítimas da ação de agentes do Estado nas periferias e favelas do Brasil (Quintela, 2021). Esse fenômeno não se resume apenas ao sentimento de amor e solidariedade pelas vidas perdidas, mas se fortalece a partir da dor, da raiva e do ultraje, culminando em uma potência política que se manifesta por meio de uma forma única de ativismo político.

Falar sobre mulheres negras, periféricas e latino-americanas é enfrentar uma realidade de opressões entrelaçadas, muitas vezes invisibilizadas no cotidiano urbano (Gonzalez, 2020). Trata-se de reconhecer a complexidade de um sistema que combina machismo histórico e institucional com outras formas de negação de direitos, afetando diretamente a experiência das mulheres nas cidades (Franco, 2018).

Essa discussão exige, ainda, uma visão crítica da desigualdade socioespacial, que não pode ser reduzida às clivagens econômicas, mas deve incorporar, de maneira contundente, as dimensões da raça e do gênero como elementos estruturantes dessa desigualdade (Nogueira, 2018). Ignorar essas variáveis é correr o risco de compactuar, mesmo que involuntariamente, com o racismo.

Marielle Franco (2018) advertia que os territórios das mulheres negras das periferias não se resumem à falta e à escassez, como frequentemente narrado pela mídia e reproduzido

pelo poder hegemônico. São, ao contrário, espaços de resistência e mobilização política. Essas mulheres têm assumido protagonismo na construção de políticas públicas que enfrentam as desigualdades estruturais, ampliando direitos em diversos campos da vida. Conforme destacam Nunes e Veillette (2022), sua atuação se faz presente nas bases, nos movimentos sociais e nos conselhos de direitos, demonstrando um compromisso político que desafia os limites impostos pelo sistema.

Nesse cenário, a luta por memória, justiça, direitos e reparação emerge como um movimento coletivo de dor e resistência. Diversas vozes, profundamente marcadas pela violência estatal, se uniram em torno de causas comuns. Trata-se de movimentos formados, em grande parte, por mães e familiares que resistem à política de extermínio que atinge os corpos negros nas periferias brasileiras (Silva; Silva; Portela, 2023; Nascimento, 2016). São vozes que carregam as marcas do luto, da ausência, do sofrimento, mas também da luta e da maternidade, categorias que se entrelaçam para romper o silêncio e transformar a dor em ação. Essas mulheres, ao enterrarem seus filhos e parentes, se levantam para garantir que outros jovens negros, pobres e periféricos possam não apenas sobreviver, mas viver com dignidade e prosperar.

No entanto, seria um equívoco generalizar. Nem todas as mulheres da periferia assumem esse protagonismo; nem todas que vivenciaram a perda de seus filhos integram movimentos sociais. A ausência dessas mulheres nesses espaços de resistência não pode, automaticamente, ser interpretada como falta de desejo por justiça. Existem muitas razões para o silêncio, e uma delas pode ser, inclusive, o desconhecimento da existência do movimento. Outras vezes, é o medo, medo real, enraizado em uma história longa de violência, repressão e punição.

Portanto, ainda que os fatos não sejam isolados, é necessário cautela nas leituras generalizantes. Como afirma Sueli Carneiro (2011), o avanço das lutas femininas exige a superação da hegemonia masculina e das ideologias que a sustentam, em especial o racismo que atravessa e agrava a opressão de gênero.

A morte de filhos e filhas negras nas periferias não acontece por acaso. Desde o nascimento, as mulheres são submetidas a um regime de dominação simbólica e psíquica que orienta como devem se portar na sociedade. A imposição do medo e da obediência compõem uma pedagogia patriarcal do silenciamento. Reconhecer esse lugar imposto pelo patriarcado, o lugar da submissão, da culpa, da renúncia, é o primeiro passo para romper com ele. Ainda que o reconhecimento da luta dessas mulheres já tenha gerado impactos importantes, como a formulação de Projetos de Lei que as reconhecem como vítimas diretas do Estado, é

igualmente essencial entender o peso do medo, que paralisa, mas que também comunica, ainda que em silêncio, o tamanho da injustiça que se vive.

INTRODUÇÃO SOBRE ESCRITA, ESCUTA E MEMÓRIA

O que se lê nas páginas seguintes talvez não corresponda exatamente ao que se espera de uma dissertação no campo do Direito. A forma de escrita, as palavras escolhidas, a centralidade das narrativas e até mesmo a estrutura dos capítulos rompem, em alguma medida, com os formatos tradicionalmente legitimados pela academia jurídica. Essa escolha não é um descuido metodológico, tampouco um afastamento da técnica. Trata-se de uma decisão política e situada. Esta pesquisa foi, em muitos sentidos, aquilo que me salvou durante o percurso do mestrado. Hoje, falar sobre mulheres é um tema recorrente, inclusive, no espaço da minha própria terapia, o que revela o quanto essa investigação também atravessa minha história pessoal.

Desde o início, eu sabia que o foco da pesquisa seriam mulheres. Não porque o assassinato de seus filhos não fosse atravessar esta dissertação, ele atravessa, de maneira incontornável, mas porque eu desejava que suas histórias de vida ocupassem o centro da análise. O objetivo foi o de analisar o que vem antes e o que permanece depois do assassinato de seus filhos. Esta é, portanto, uma pesquisa sobre histórias de vida e sobre como o Direito está ou não presente nessas trajetórias. Trata-se de investigar como raça, periferia, gênero e classe se articulam na produção da violência estatal e como essas histórias se repetem, ainda que em corpos e territórios distintos.

Foram entrevistadas duas mulheres autodeclaradas negras, moradoras da cidade de Fortaleza/CE, vinculadas ao Movimento de Mães e Familiares do Curió e ao Movimento Mães da Periferia. Ambas tiveram seus filhos assassinados pela violência policial, mas suas jornadas em busca de justiça são distintas, inclusive em razão do contexto e da forma como esses assassinatos foram enquadrados institucionalmente. Um dos casos ocorreu no interior de uma chacina amplamente reconhecida e nomeada no estado do Ceará, enquanto o outro, apesar de inserido em um contexto de múltiplas mortes sucessivas no mesmo bairro, não foi classificado como chacina pelos meios midiáticos e pelas instituições. Essa diferença de enquadramento produz efeitos diretos no acesso à justiça, na visibilidade pública e na forma como o Estado responde às famílias.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial, a partir de um roteiro semiestruturado, previamente elaborado, respeitando o ritmo e as escolhas narrativas das interlocutoras. Ambas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que se encontra anexado a esta dissertação. As conversas se constituíram como espaços de escuta e elaboração, nos quais as mulheres puderam narrar suas histórias a partir de suas próprias referências temporais e afetivas.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se ancora na escrevivência, conceito elaborado por Conceição Evaristo, compreendida aqui como uma prática de escrita que articula memória, experiência e política. As narrativas construídas ao longo do trabalho assumem a forma de contos, elaborados a partir das falas das mulheres, sem apagar suas vozes, seus modos de dizer e suas perspectivas. A escrita em primeira pessoa é uma escolha metodológica consciente, que busca estabelecer um diálogo mais direto com quem lê. Este trabalho não foi pensado exclusivamente para pessoas do meio acadêmico, mas para qualquer pessoa interessada em compreender a violência de Estado, a atuação do Direito e as experiências de mulheres negras e periféricas que sobrevivem à morte de seus filhos.

A pesquisa, nesse sentido, não nasce de um recorte abstrato, nem de um problema formulado à distância. Ela emerge de um percurso já iniciado, de uma inquietação que atravessa minha formação desde a graduação e que se manteve aberta ao longo do mestrado. A escuta de mulheres que tiveram seus filhos assassinados por agentes do Estado já havia sido o centro da minha monografia, construída a partir do contato com mães politicamente organizadas, que transformaram o luto em luta e a dor em denúncia coletiva.

Naquele momento, os encontros aconteceram de forma virtual e o foco era a organização política do Movimento. Ao iniciar o mestrado, minha intenção era seguir por esse caminho, ampliando a escuta para outros grupos de mães no Ceará e no Rio Grande do Norte, buscando compreender como o Estado nomeia essas mulheres, como as enxerga e, sobretudo, como elas escolhem existir diante de um aparato que frequentemente silencia, criminaliza e abandona.

Com o amadurecimento da pesquisa, amadureceram também as escolhas metodológicas. Tornou-se evidente a necessidade da presença física. O assassinato de jovens negros pela polícia permanece como eixo central desta dissertação, mas o interesse desloca-se: não se trata apenas do ato violento em si, mas das mulheres que permanecem depois dele. Quem são essas mães? Como viveram e como vivem? Quem são para além da maternidade atravessada pela perda?

Foi nesse movimento que a cidade de Mossoró/RN se tornou um campo de interesse. Trata-se de um território marcado por episódios reiterados de letalidade policial, mas que, diferentemente de outros contextos nacionais, não apresenta uma articulação coletiva visível de mães e familiares de vítimas. Essa ausência passou a ser, ela própria, uma questão de pesquisa.

A escolha inicial por dialogar com mães que não estavam inseridas em movimentos organizados foi deliberada. Eu sabia que a forma de tratar o tema seria distinta. Fora dos

espaços coletivos de luta, a dor tende a se expressar de modo mais solitário, fragmentado e, muitas vezes, atravessado pelo silêncio. A ausência de uma linguagem política compartilhada, de redes de apoio e de estratégias coletivas de elaboração do luto produz outras formas de narrar ou de não conseguir narrar a experiência da perda. Ouvir essas mulheres significava também lidar com o medo e com a possível recusa.

O percurso inicial envolveu o levantamento e a leitura de processos judiciais relacionados a homicídios praticados por agentes do Estado. Tratava-se de processos formalmente públicos, acessíveis por meios institucionais regulares, ainda que, na prática, marcados por limites de transparência e fragmentações que dificultam uma compreensão integral dos casos. A leitura destes autos foi pensada como um exercício de aproximação com trajetórias interrompidas e com as formas pelas quais o sistema de justiça registra, ou apaga, determinadas vidas.

Desde o início, estabeleci limites claros quanto ao que poderia ou não ser incorporado à escrita. Opto deliberadamente por não detalhar fatos, nomes, datas ou circunstâncias que permitam a identificação direta dos casos ou das pessoas envolvidas. Trata-se de uma escolha de autopreservação. Em cidades geograficamente menores, como Mossoró, as histórias circulam, os apelidos são conhecidos, e a exposição excessiva pode produzir risco.

À medida que avançava na leitura dos processos, tornou-se evidente um dado central para a pesquisa: a dificuldade, e em muitos casos a impossibilidade, de localizar as mães das vítimas, especialmente nos processos mais antigos ou já arquivados. As tentativas de aproximação ocorreram a partir de meios publicamente disponíveis, como informações constantes nos autos, buscas em redes sociais e contatos institucionais informais no campo jurídico, incluindo referências obtidas junto à advocacia, ao Ministério Público e ao próprio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

Ainda assim, os obstáculos foram recorrentes. Ausência de retorno, dados desatualizados e interrupção dos vínculos ao longo do tempo. Observou-se que o encerramento dos processos judiciais tende a coincidir com a perda de contato com os familiares das vítimas, o que dificulta a continuidade das investigações, além da produção de pesquisas que dependem da escuta direta dessas mulheres.

Nos poucos casos em que foi possível estabelecer algum tipo de contato, emergiram recusas, medos e silêncios que, para além de obstáculos metodológicos, se transformaram em dados centrais da pesquisa. O não querer falar, o não poder reviver, o adoecimento psíquico profundo, o receio de exposição e perseguição são expressões legítimas de um luto que não

encontra amparo nem no sistema de justiça, nem em políticas públicas efetivas. Respeitar essas recusas foi, e segue sendo, parte do método.

Esse percurso evidenciou que a escuta não se oferece da mesma forma em todos os contextos. Mulheres politicamente organizadas, inseridas em movimentos coletivos, possuem uma linguagem construída, uma rede de apoio, um repertório de denúncia e proteção que tornam o diálogo mais possível, ainda que não menos doloroso. Onde há coletivo, há partilha da memória; onde não há, a dor permanece solitária, muitas vezes insuportável de ser narrada.

Diante dos silêncios e das impossibilidades encontradas no contato individual com mães não organizadas, a pesquisa precisou se deslocar. Esse deslocamento não representou um fracasso metodológico, pelo contrário. O acesso à palavra está profundamente condicionado pelas formas de organização política e pelos contextos de acolhimento. Falar, portanto, é uma possibilidade socialmente construída.

Foi a partir dessa constatação que a rota da pesquisa precisou ser redefinida. Reconhecer que mulheres politicamente organizadas tendem a se sentir mais seguras para compartilhar suas histórias significa que encontram amparo, ainda que a dor não seja menor. Estar entre mulheres, ouvir narrativas semelhantes, reconhecer-se na experiência da outra produz uma espécie de força coletiva. O contato reiterado com espaços de apoio e com o próprio Movimento faz com que a memória, embora constantemente convocada e atravessada pela dor, passe a integrar uma rotina de denúncia, elaboração e resistência.

Nesse sentido, optei por direcionar a escuta a dois movimentos localizados na cidade de Fortaleza/CE, como já mencionado, com os quais eu já possuía alguma aproximação prévia, quais sejam, (1) o Movimento de Mães e Familiares do Curió; e (2) o Movimento Mães da Periferia. O primeiro surgiu a partir da Chacina do Curió, ocorrida em novembro de 2015, no bairro do Curió, na região da Grande Messejana, e reúne mães e familiares de jovens assassinados por policiais militares do estado. Já o Movimento Mães da Periferia nasce, por sua vez, da trajetória de uma das mulheres do próprio Movimento do Curió, ampliando o espaço de acolhimento e articulação para mulheres que vivenciaram diferentes formas de violência policial no estado do Ceará.

Eu já possuía o contato de uma das mulheres que integra o Movimento de Mães e Familiares do Curió. O primeiro contato foi tranquilo. O número já estava salvo e havia conversas anteriores entre nós. Ao perguntar sobre a possibilidade de um encontro, ela se mostrou imediatamente solícita e aberta à conversa. A ideia inicial era que esse diálogo ocorresse apenas com ela, considerando o recorte da pesquisa: mulheres que são mães de

filhos assassinados pela violência policial, vinculadas a movimentos politicamente organizados e que se autodeclaram mulheres negras.

Entretanto, acompanhando as redes sociais, tomei conhecimento, por meio de uma reportagem, da história de uma mulher vinculada ao Movimento Mães da Periferia. Cabe destacar que eu já mantinha contato prévio com o Movimento pelas redes sociais. Prontamente, enviei uma mensagem pelo aplicativo Instagram e, a partir disso, consegui estabelecer contato direto com essa mulher.

Um aspecto que considero relevante mencionar é que, embora vinculadas a movimentos distintos, as duas mulheres com quem conversei se conheciam e conheciam profundamente as histórias uma da outra. Isso revela que os Movimentos se organizam de forma autônoma, mas também de maneira profundamente coletiva. As mulheres se reconhecem entre si. Conhecem os nomes, os rostos e as trajetórias umas das outras. Há uma rede viva de memória e pertencimento que sustenta essas articulações. Em nossas conversas foram citadas diversas outras mulheres, do Amazonas até São Paulo.

Inicialmente, eu não sabia exatamente qual ambiente lhes seria mais propício para o encontro. Coloquei-me à disposição para ir até a casa delas, mas também deixei em aberto a possibilidade de marcarmos o encontro onde se sentissem mais à vontade. Ambas se chamam Maria, o que, inclusive, atravessa e inspira o título deste trabalho.

Maria do Curió optou por marcar o encontro em um supermercado do bairro onde mora, ainda pela manhã, para tomarmos café da manhã. Já Maria do Mães da Periferia decidiu que a conversa aconteceria em sua casa, no período da tarde.

Assim foi feito. Os encontros ocorreram em um sábado e em um domingo de outubro de 2025, momentos em que estive presencialmente com essas duas mulheres. Lembro-me de chegar ao supermercado e de uma imagem que imediatamente marcou minha memória: a camisa que Maria do Curió vestia, estampada com a imagem de seu filho assassinado; a garrafa com seu nome, acompanhada de um punho cerrado; e, ao fundo, uma música de Belchior preenchendo o ambiente.

Recordo-me também da chegada à casa de Maria do Mães da Periferia e da forma como fui recebida por toda a família. Filhos, netos, genro e a mãe do genro. Havia uma mesa posta para o café da tarde, com bolo e refrigerante, tudo compartilhado com sorrisos, simpatia e uma acolhida que dizia muito sobre os modos de viver e sobreviver que se constroem no cotidiano. Tratava-se de um espaço integrado, sala e sala de jantar no mesmo ambiente. Havia um sofá posicionado em frente à televisão, uma mesa com cadeiras ao lado e a porta aberta, permitindo a entrada do sol da tarde. Sentei-me em um banquinho, próximo à mesa.

Em ambos os encontros, o primeiro gesto foi o de nos conhecermos. Apresentei-me, antes de tudo, como pessoa, não como pesquisadora. Falei de onde vim, do meu sotaque, dos caminhos que me trouxeram até ali e, sobretudo, do interesse real que atravessava aquelas trocas.

Assim seguiram quase duas horas de conversa com cada uma dessas mulheres. As falas fluíram com liberdade. Houve histórias que quiseram me contar, mas que preferiram manter no anonimato nesta dissertação, decisão que foi integralmente respeitada. Foram narrativas atravessadas por choro, mas também por risadas. Porque a vida, afinal, não se sustenta apenas na tristeza.

Algumas dessas risadas surgiam como respiro, quase um agradecimento por hoje ser possível rir daquilo que, em outro tempo, só fez chorar. Foi intenso. Foi verdadeiro. Arrisco dizer que estar na casa de uma delas tornou a conversa ainda mais confortável. Que espaço poderia ser mais seguro do que o próprio lar? Especialmente em momentos de vulnerabilidade, cercada por familiares que atravessaram juntos o antes, o durante e o depois da perda.

Esses encontros me permitiram acessar histórias pelas quais desenvolvi afeto. Vi Marias mães, Marias filhas, Marias trabalhadoras, nostálgicas, arrependidas, chorosas e sonhadoras. Vi mulheres inteiras, compostas por múltiplas camadas, muito além de um único acontecimento que, embora marcante, não dá conta de definir quem elas são.

Como já dito, o foco desta dissertação são mulheres. A mulher que escreve e as mulheres que falam. Serão, portanto, três vozes que atravessam o texto. Por essa razão, faço uma escolha metodológica que se afasta, em alguma medida, do formato das dissertações no campo do Direito.

As histórias que escutei foram transformadas em contos. Dois contos, cada um dedicado a uma Maria. Importa dizer que não há invenção nesse processo. O que foi escrito corresponde às narrativas que me foram confiadas. Não criei situações, não fabulei acontecimentos para que o texto se tornasse literário. O conto, aqui, nasce do modo de dizer, da forma de organizar a escuta e a memória, e não da ficção dos fatos.

Antes de qualquer articulação teórica, ofereço aos leitores e leitoras a possibilidade de se aproximarem das trajetórias de vida dessas mulheres, de acompanhar seus caminhos, suas perdas e resistências. Trata-se de uma escrita de uma terceira pessoa, consciente de seus limites, ou seja, nenhuma palavra escrita será mais verdadeira do que a conversa direta com elas.

Após a finalização dos contos, entrei novamente em contato com ambas. Os textos foram lidos por elas, comentados e autorizados. Tudo o que está aqui passou por esse crivo. Nada foi publicado sem consentimento. A escrita, assim, não se faz sobre elas, mas com elas, respeitando seus tempos, seus limites e suas escolhas.

Minha intenção, também, não é analisar friamente as histórias dessas mulheres. Elas não carecem de validação teórica para existir, tampouco para serem legítimas. O que se apresenta são comentários, atravessamentos e pensamentos que me ocorreram a partir da escuta, em diálogo com outras mulheres e homens que pensam gênero, território, raça e classe. Percebi que, em poucas páginas, cabem muitas histórias. E cabe, sobretudo, muito Direito.

É fácil nos perdermos de nós mesmas e, por vezes, apagarmos nosso próprio protagonismo dentro das nossas trajetórias. Aqui, esse apagamento é recusado. O protagonismo desta dissertação é o protagonismo vivo de mulheres que tiveram seus filhos assassinados, mas cujas histórias não se resumem a esse fato. São mulheres que começam suas narrativas na infância e seguem escrevendo a própria vida até hoje, seja sustentadas pela fé, seja atravessadas pelo uso contínuo de medicação, seja por ambos.

Nos contos, as citações diretas das falas das mulheres aparecem em *itálico*. Trata-se de uma escolha estética e política. O recuo, o espaçamento e o tamanho da fonte, nesses casos, quebrariam a fluidez da narrativa. Assim, tudo o que estiver em *itálico* corresponde às palavras ditas por elas, sem cortes, sem acréscimos, sem mediações.

Ao longo de todo esse percurso, é fundamental explicitar o lugar desde onde escrevo. Esta pesquisa é realizada por uma mulher negra que escuta outras mulheres negras. Essa condição não garante automaticamente simetria ou ausência de tensões, tampouco é uma condição acessória. Ela atravessa o modo como sou lida, o modo como chego, o modo como permaneço e, sobretudo, o modo como escuto. A racialidade se torna experiência concreta que informa sensibilidades, limites e possibilidades da pesquisa. A escrita que se constrói neste trabalho assume que o conhecimento não é produzido fora do mundo, mas em relação, atravessado por história, corpo e memória.

Eu precisava escrever sobre mulheres negras. Precisava escrever sobre histórias. Esse “precisar” deixou de ser apenas desejo e se tornou necessidade, quase condição para seguir. Ser mulher negra na vida adulta, quando o entendimento do mundo se amplia, é profundamente exaustivo. Há um cansaço físico, mental e também histórico.

Ser uma mulher negra também atravessou diretamente o modo como cheguei até essas mulheres. O acesso foi mais simples, mais direto. Não me senti colocada no lugar

distante da pesquisadora frente às interlocutoras. Estávamos em troca. Compartilhei histórias minhas também. Não fui apenas quem escutava.

Até minhas vestimentas foram pensadas a partir desse cuidado. Eu queria estar tão confortável quanto elas, no corpo e no gesto. Essa escolha, que pode parecer pequena, foi uma forma de romper, ainda que parcialmente, com barreiras produzidas pela construção social da pesquisa.

Ainda, é importante reconhecer que, embora haja compartilhamentos de experiências, não se trata de uma fusão de vivências. Existem assimetrias que permanecem, seja de trajetória, de idade, de lugar social ou de elaboração do luto. Assumir esse lugar, nesse sentido, é manter as diferenças visíveis, de modo a evitar tanto a exotização da dor quanto a romantização da proximidade.

Esta pesquisa também se distancia deliberadamente de modelos fixos de investigação jurídica. Não se trata de uma etnografia clássica, nem de um estudo de caso voltado à análise técnico-dogmática de processos judiciais. O Direito aparece aqui como estrutura que autoriza a morte, como linguagem que silencia, como procedimento que arquiva vidas, como ausência que atravessa o cotidiano dessas mulheres. O campo jurídico é convocado para ser interpelado pelas histórias de vida.

Do mesmo modo, não há pretensão de generalização. As histórias aqui apresentadas não representam todas as mães negras que perderam seus filhos para a violência policial, nem esgotam as múltiplas formas de viver essa experiência. São narrativas situadas, parciais, atravessadas por contextos específicos.

A opção por trabalhar com apenas duas mulheres também se inscreve nesse registro. Inicialmente, outras possibilidades estavam colocadas, e o campo apresentava inúmeras histórias que poderiam ser narradas. No entanto, o tempo da pesquisa, o tempo do mestrado e, sobretudo, o tempo da escuta impuseram limites concretos. Cada encontro demandou disponibilidade emocional, cuidado e elaboração. Cada história carregava camadas que não se esgotariam em uma entrevista breve. Optar por duas trajetórias foi uma escolha consciente diante da impossibilidade ética e material de abarcar muitas histórias sem reduzir suas complexidades.

Ainda que eu tenha permanecido dois anos no programa, a intenção inicial era conversar com mulheres que não estavam politicamente organizadas em um Movimento específico. Foi necessário um tempo considerável para esgotar essas possibilidades e compreender, de fato, que o percurso metodológico precisaria ser ajustado. Esse ajuste também não ocorreu de maneira imediata, tampouco de modo simples.

O início do mestrado, inclusive, foi um período particularmente difícil. Foi quando a realidade se impôs com mais força. A cor e o gênero, sobretudo. Houve um processo lento e, por vezes, doloroso de me reconhecer dentro de um espaço em que, historicamente, não se espera a minha presença; de pesquisar temas que, em regra, não são priorizados; e de escrever de um modo que foge aos padrões tradicionalmente legitimados. Tudo isso levou tempo.

Nesse sentido, a quantidade cede lugar à profundidade. Duas histórias já eram muitas histórias. Cada uma delas continha infância, maternidade, perda, militância, adoecimento, fé, contradições e reinvenções. Trabalhar com esse número permitiu acompanhar os percursos com mais atenção, retornar às interlocutoras, compartilhar os textos produzidos e respeitar os tempos necessários para a escrita e para a devolutiva.

Escrever, neste trabalho, é também elaborar, cuidar e devolver. As histórias atravessam quem escreve. Memória, corpo e escrita caminham juntos, sem que isso implique confusão entre experiência pessoal e narrativa do outro. A escrevivência, nesse contexto, reconhece fronteiras que são atravessadas constantemente.

A temporalidade da memória também é um aspecto central deste método. As narrativas não seguem uma linearidade rígida. Há repetições, desvios, esquecimentos e retornos. Em nenhum momento busquei corrigir, organizar ou tornar mais coerentes as falas para atender a uma expectativa de clareza externa. A memória não se apresenta como linha reta, e respeitar essa dinâmica foi necessário. O que aparece no texto é fruto desse movimento, com suas quebras e intensidades.

O roteiro foi elaborado em momento anterior às entrevistas, mas não foi pensado como um instrumento rígido a ser seguido. Serviu como um apoio para que eu pudesse organizar minhas ideias e compreender, com alguma clareza, o que buscava escutar. Ele funcionou mais como um fio condutor. Ao longo das conversas, tornou-se evidente que a vida não se organiza por temas estanques. As experiências atravessam diferentes assuntos, retornam, insistem.

Foi possível observar como certos acontecimentos marcam profundamente e reaparecem em falas diversas. Em muitos momentos, voltávamos aos mesmos pontos, às mesmas frases, repetidas quase do mesmo modo. Essas repetições eram marcas de memória, de trauma, de dor, mas também de felicidade e de orgulho.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro reúne os contos de vida e morte das mulheres entrevistadas, permitindo que suas histórias sejam conhecidas antes de quaisquer outras percepções. O segundo capítulo discute as infâncias atravessadas pela raça, pela solidão e pela aprendizagem precoce da vida, evidenciando como a violência

estatal se constrói ao longo do tempo. O terceiro capítulo percebe as narrativas das mães a partir das categorias tempo, corpo e denúncia, demonstrando como a morte reorganiza o cotidiano, o adoecimento e a forma de se colocar no mundo. Por fim, o quarto capítulo examina a relação dessas mulheres com o Estado, as instituições de justiça e os movimentos de mães, evidenciando tanto a omissão estatal quanto a centralidade da organização coletiva como forma de cuidado, memória e resistência.

Aqui não houve interpretações do que essas mulheres pensam ou viveram a partir de um arcabouço teórico que as legitime. Foram apresentados relatos, acompanhados de reflexões sobre o que significa ser mulher nesses contextos. As narrativas foram elaboradas, organizadas e apresentadas com o conhecimento e a anuência das mulheres que participaram da pesquisa, respeitando seus limites, suas escolhas e seus modos de dizer.

Ao final, espera-se que quem lê esta dissertação consiga ver essas mulheres. Não como objetos de análise, mas como vidas vividas, que participaram e continuam participando da construção deste trabalho.

Dito isso, encerro estas notas introdutórias como quem abre caminho. O que vem a seguir não pretende provar nada, nem convencer por meio de categorias ou conceitos. O que vem a seguir são histórias. Histórias confiadas, escutadas e escritas.

A partir daqui, a palavra já não é mais só minha. São elas que falam. Não há começo pelo fim, nem encerramento definitivo. Há trajetórias em curso, atravessadas por perdas, mas também por fé, afeto e insistência na vida.

1. CONTOS DE VIDA E MORTE: MÃES QUE SANGRAM, MÃOS QUE LUTAM

1.1. Maria do Curió

Eu moro numa casa que é minha. Comprei e tô reformando. Já faz um ano e três meses. Ainda falta coisa, mas dá pra viver. Moro com minha filha mais velha e com os dois filhos dela. A casa não é grande, mas comporta a gente. É onde a vida acontece agora.

Nunca fui casada. Já fui “junta”. Trabalhei desde cedo. Hoje sou manipuladora de alimentos. Trabalho numa creche, faço a merenda. Tenho horário, rotina, responsabilidade. É assim que sigo.

Moro em Fortaleza há trinta e dois anos. Antes disso, eu era de Redenção. Uma cidade pequena, dessas que parecem caber numa mão. Vim pra cá quando tinha vinte e três

anos. Conheci o pai da minha filha mais velha e fiquei. A vida foi se ajeitando do jeito que deu.

Meu filho tinha dezesseis anos quando foi assassinado.

Mas a minha história não começa aí.

Eu descobri as coisas muito cedo. Você tem infância quando você não descobre o mundo, né? A realidade. A minha realidade foi crescer sem pai nem mãe por perto. Eles se separaram, cada um foi para uma cidade. *Aí construíram família e a gente foi criado pelos padrinhos da gente.* Foi assim.

É como se você ter consciência da realidade que você tá ali só. Você não tem contato com ninguém. Talvez seja por isso que eu aprendi cedo a não esperar muito. A caminhar sozinha. Isso vai ficando na gente.

Fui mãe pela primeira vez com dezoito anos. Depois vieram mais duas filhas. A mais velha hoje tem trinta e dois anos. A outra, trinta e um, mora com o pai. Naquele tempo, eu tinha dezenove anos, duas meninas pequenas, uma com um ano e seis meses, outra com nove meses. *Aquele tempo era complicado.*

Sofri eclâmpsia na primeira gestação. Fiquei um mês no hospital. Quando vi a menina, ainda passei um tempo para aceitar. *Eu nunca desisti dela, não.* Mas foi difícil. Muito. *Por isso eu digo que minha vida, eu tinha que encarar a realidade.*

O pai não acompanhou nada. *Mas assim, ele... praticamente foi só vontade de ter menino, né?*

Desde criança eu via o mundo diferente. *Um mundo totalmente diferente.*

Eu não aceitei a criança de imediato. Não foi falta de amor. Foi dor. Eu sofri muito durante a gestação. *Passei dez dias sofrendo.* O corpo não respondia. A cabeça também não.

No dia do parto, fui buscada pela SAMU. A profissional apertava minha barriga, tentando tirar a menina. Eu lembro disso e hoje até acho graça. *Na inocência.* Naquele tempo, eu não sabia que aquilo não era normal. Eu só sentia dor. Doeu muito.

A minha filha também, ela teve... teve uma infância muito triste.

Eu digo isso e não preciso explicar muito. Eu sei. Ela sabe. A tristeza não vem sozinha, ela passa de uma geração pra outra, muda de forma, mas continua ali.

A gente mora junto. Eu observo tudo. Dou conselho. Falo. Repito. Digo pra ela prestar atenção nos filhos, porque *o mundo tá aí.* O mundo não avisa quando chega. Ele só entra.

Eu não deixo meu neto chegar tarde em casa. *Ele tá naquela fase, né? De adolescência.*

Eu disse pra ele “menino, ó, eu to fazendo isso pro seu bem, porque depois... o que acontecer, não tem mais volta”.

A polícia, ela... ela entra no território. Ela é dona... dona dali. Um policial chega numa casa e diz que quer entrar. *De onde é que tem isso?* Ninguém pergunta nada. Ninguém mostra papel. Eles entram.

Meu neto não entende. *Ele não sabe, né? O que acontece lá fora.* E eu prefiro assim.

Porque o perigo não é o escuro, nem a esquina, nem o barulho da rua. O perigo veste farda.

Tem polícia que chega dizendo que tem denúncia. Diz que uma mulher tá maltratando o filho. Outra, que tá apanhando do marido. Nunca mostram nada. Nenhum papel. Nenhum mandado. Quem conta a história é a própria polícia. Só pra poder entrar na casa.

Eu não tenho medo de encarar. Não é coragem. É necessidade. *Nós temos que mostrar pra sociedade que nós também moramos nos cantos.* Que aqui também tem gente. Que aqui também tem que ter respeito. *Não é você chegar e brigar.* É você reconhecer que a gente existe.

Quando descobri a segunda gravidez, fiquei triste. Não fiquei feliz. Não comemorei. Eu não tinha condições. Eu era nova. Eu tinha medo. Mas isso eu nunca disse direito.

Eu tenho que tirar um tempo pra mim conversar com ela.

Porque *ela não sabe realmente a verdade, né?* Que eu não tinha condições. *Que eu era uma pessoa... eu tinha medo naquele tempo.*

Eu tento falar da minha infância com ela. Tento explicar de onde eu venho. Mas ela não sabe. *Ela não sabe da minha infância.* Porque foi muito difícil pra mim. Muito mesmo. Tem coisa que não sai fácil da boca.

Até hoje eu carrego a culpa. A culpa de ter deixado uma filha com o pai e ficado com a outra. Eu penso nisso como abandono. Mesmo sabendo que foi o que deu pra fazer naquele tempo.

Ser mãe, às vezes, é isso. Fazer escolha sem escolha. Seguir vivendo com aquilo que não foi dito.

Quando eu era criança, eu não tinha sonho. Não pensava nisso. Não dava tempo.

Eu tô vendo o que é sonho agora, né? Gosto de ajudar pessoas carentes. Aprendi isso cedo, vendo minha madrinha passar fome.

Talvez seja isso que eu faço. Vigio. Alerto. Cuido. Tento impedir que o mundo chegue cedo demais pra eles. Porque eu sei o que acontece quando chega.

E eu sei que, depois, não tem volta.

A escola não era um lugar fácil. Era o tempo da palmatória. Chamava, pedia a mão e batia com uma tábua. *Mas era no tempo que escola era escola, viu? Assim, o aprendizado.* Hoje eu sei que nem tudo ali era aprendizado. Tem coisa da minha infância que ainda não entendi. *Eu ainda estou em fase de tratamento para mim poder... Tá entendendo? Faço terapia há um ano e seis meses. Ainda tem coisa aberta.*

Depois que eu perdi meu filho, eu adquiri muita doença. Meu corpo adoeceu. Veio a depressão. *A depressão generalizada.* Veio o esquecimento. A cabeça não acompanha mais tudo. *São muitas coisas, sabe? No decorrer da vida.*

Tentei estudar de novo. Me incentivei junto com meu filho. Mas depois do que aconteceu, não consegui mais. *Por mais que eu queira o estudo, eu não... não tem mais cabeça para isso, né?*

Na época da morte do meu filho, eu ainda tava com um homem. *Um homem ele não muda pela mulher, mas a mulher tem que mudar pelo homem.* Eu tentava manter a relação. Passava muita coisa. Chegava em casa e era *o canto do terrorista*. Perguntava o que eu tava fazendo, desconfiava de tudo. Aguentei mais de um ano depois da morte do meu filho. Até não dar mais.

Minha mente já tava cansada. Eu trabalhava num hospital. As pessoas diziam na minha cara que lutar por justiça era em vão. *Quem morreu, morreu e se acabou.* Aí veio a COVID. *Aí enfrentei aquele COVID todo e vendo as pessoas morrendo, vendo as famílias se gradeando por cima dos mortos.*

Nesse tempo, fiz amizade com Carla. *Por causa do jeito dela, da história dela.* Ela criava um filho sozinha. Eu pensava que ela era uma mulher corajosa. *Eu me identifico mais, sabe? Com mulheres assim.* Independentes. *Porque a mulher só consegue algo na vida dela se ela for empoderada e tiver confiança nela.* Eu acredito nisso. *Eu sou assim.*

Eu tive três filhos. Duas mulheres e um rapaz. Ele nasceu em fevereiro de 97. Foi outro sofrimento. Eu não queria mais engravidar, mas era o sonho daquele homem ter um filho menino. O menino se apegou muito a ele. Mas quando tinha um ano e nove meses, o pai começou a namorar uma menina de dezesseis anos. Morava ainda com a gente.

Eu não era casada com ele não, mas a gente tinha uma família, né?

Eles se casaram. Eu disse pra ele: *Você não feriu a mim não, você feriu essa criança aí.* O menino sentiu muito. O pai nunca deu nada. Só foi lembrar quando foi preso. *Se lembrou do filho. Se lembrou do que ele fez, deixando o menino passar necessidade.*

Teve os julgamentos do assassinato do meu filho. Ele não foi. *Ele não foi porque não aguentava.* Não aguentava o peso. *A consciência.* Eu tava lá. Em todos.

Eu escutava tudo. Olhava. Ficava. Porque *não adianta a gente fazer algo com a pessoa depois que morre.* O que tinha que ser feito era antes. Depois, *vai só se culpar.* Mas a culpa não devolve ninguém.

Eu criei um sonho pra mim. E *o meu sonho, ele foi apagado com 17 anos.*

Renayson também tinha um sonho. Queria ser jogador de futebol. Eu dizia que era difícil. Mas ele ia. Fazia as coisas do Neymar. Cortava o cabelo igual. Jogava até de terno. Voltava feliz. *‘Mãe, o pessoal gritava lá Neymar, Neymar’.*

Ele fez a tatuagem do Neymar: “tudo passa”. Eu aceitei. Eu paguei. Não minto.

‘Mãe, eu quero viver’.

E ele viveu. Descobriu o amor. Trabalhou cedo. Aos onze anos, queria trabalhar. Entregava remédio na farmácia. Chegava com o dinheiro e me dava. Eu guardava pra ele. Aos quinze, trabalhou de novo. Ele gostava.

Ele era meu cúmplice.

Ele me contava tudo. Até as coisas do corpo. Eu escutava.

Quando ele começou a namorar, se apaixonou. Queria família. *‘Eu só não vou fazer nada de errado, mas trabalhar, eu quero trabalhar’.* Eu acreditava nele.

No dia que morreu, ele tinha ido deixar a namorada em casa. Pegou o ônibus. A rota passou pelo Curió. Os policiais entraram no ônibus, tiraram meu filho de dentro e mataram ele. Disseram que era vingança. Eu nunca acreditei. Aquilo já vinha de antes.

Quando amanheceu, *a notícia no meio do mundo.*

Que a vida está morta.

Eu tomei duas cartelas de Rivotril. Não lembro de nada. Quem reconheceu o corpo foi minha filha e uma prima. Eu passei a noite com ele no caixão. Vi meu filho ser enterrado. Jurei que ia lutar por justiça.

Nós partimos do luto para a luta.

Conheci outras mães. A gente se reuniu. Não foi fácil. *É difícil lutar quando uma polícia mata.* Mas é mais difícil não lutar.

Quando veio a condenação dos policiais, alguma coisa mudou. Mas “*aliviada*” não é palavra que existe pra mim. *Alma da gente não se lava com tragédia.*

Meu sonho foi apagado com dezessete anos. O dele também. Ainda dói. Ainda vai doer. *Essa ferida nunca irá cicatrizar.* Eu sigo doente. Todo dia peço força. Tô aqui agora, falando.

Não sou otimista. Não consigo ser. Quando você perde um filho, tudo que já era frágil fica mais. Mas eu sigo. Faço salada. Faço mousse. Fico pensando. Penso no neto crescendo. Formando. Um pensamento distante, mas existe.

Minha vida não começou quando mataram meu filho.

E também não terminou ali.

Eu sigo.

Do jeito que dá.

Hoje eu me considero uma mulher vaidosa. Gosto de fazer as unhas. Gosto de ajeitar o cabelo. Isso é coisa minha. Eu faço porque gosto. Fiz uma jura pra mim mesma: não morar mais com ninguém. *Não quero não lavar roupa de ninguém.* Já lavei demais. Agora cuido de mim.

No começo, depois que mataram meu filho, foi muito difícil ter apoio das instituições e até dos movimentos. *No começo é muito complicado. Na verdade, nós estávamos ainda atrás de descoberta, né? Sobre o acontecimento.*

A Defensoria Pública ajudou muito. Ajudou mesmo. Mas nem eles estavam preparados praquilo. Eu confesso que *a gente tava sufocando o pessoal da defensoria. Depois a gente foi tentando, se organizando, aí eles vieram e deram todo suporte a nós.* A gente queria resposta. Queria agora. Queria saber onde tava a lei. E naquele momento, não tinha lei que desse conta.

Na verdade, isso pra eles [a Defensoria] é um tipo de revolução. Porque eram mães querendo resposta, e não tinha resposta pronta pra dar. A gente tava desesperada. Era tudo muito novo. Muito pesado.

Depois, *o CEDECA Ceará se reuniu com outras instituições e apoiaram a gente. Junto com a Defensoria.* Foi aí que a gente começou a conhecer os movimentos. Vieram os apoiadores. As coisas começaram a acontecer, aos poucos. A gente foi pra rua. Foi aprendendo a falar. Eu tinha que falar do meu filho.

Tô dizendo pra você, que nós, pra gente conseguir tudo isso e ter toda essa justiça, foi muito sofrimento.

A gente foi falar, na época, com a vice-prefeita, recebida como nós não existimos. Até hoje prometeram fundos e mundos, que ia fazer como se o memorial dos meninos retratando, até hoje o Estado não pediu isso pra nós. Era pra ele fazer isso.

Foi muito “não”. As pessoas diziam, olha, eu via na cara das pessoas, só que eu guardava pra mim. Eu via na cara das pessoas, que as pessoas achavam que não ia ter justiça.

Elas falavam que ia dar certo, mas era da boca pra fora. A gente sentia isso. Fomos falar com a vice-prefeita na época. Mas fomos recebidas como se não existíssemos.

Até hoje prometeram fazer um memorial pros meninos. Até hoje o Estado não fez nada. *Porque eu acho assim, foi o Estado que tem que reparar isso.* Não é favor. Ele tinha que ter pedido desculpa. Tinha que ter feito justiça.

Pra mim, o memorial é importante porque é a forma da sociedade ver que os meninos eram inocentes. Não é meu ego. *Não é só a minha vontade.* É pra mostrar o que o Estado do Ceará fez. Porque eu sei quem meu filho era. *Não importa o que eles dizem, importa o que eu sei.* Mas a lei precisa representar isso.

Todo dia, onde eu moro, a polícia tá lá. Todo dia. Eles entram nas casas. Mas eu, como mãe, fico triste. Porque se uma pessoa matar um, tudo tá lá e mostra até a cadeia onde você tá. E esses policiais, eles estão presos? Eu, pelo menos, eu quero saber.

Onde eles estão? Porque eles foram presos. Agora, aonde? Ninguém sabe onde é que eles estão.

Presos é os meninos que morreram.

Os meninos nunca mais vão voltar.

Eles destruíram muitas vidas, muitos sonhos. Nós estamos conversando aqui, tem uma mãe perdendo o filho pelo braço do Estado.

Aí tudo eles botam a culpa em quem? Sempre eles tem um álibi. Mas na verdade, é eles mesmo que estão praticando.

Eu, pelo menos, não confio em polícia.

Eu sou sobrevivente no mundo.

Pra mim, a lei que existe é a de Deus.

Eu sigo vivendo. Doente. Cansada. Mas sigo. Todo dia eu peço força. Todo dia.

E tem coisa que eu não digo em público. Mas digo pra ele.

Meu filho, eu tô com muita saudade.

Sei que saudade é uma coisa que a gente não esquece.

Mas eu tô continuando.

Lutando pela minha sobrevivência.

O luto é meu.

A saudade é eterna.

1.2. Maria do Mães da Periferia

Eu moro hoje em casa alugada. Antes era própria, mas depois do assassinato do meu filho eu não consegui mais ficar lá. *Não consegui morar mais lá, não.* A casa parecia outra, mesmo sendo a mesma. As paredes guardavam um barulho que ninguém escutava, só eu.

Também não consigo mais trabalhar. *Eu fico em casa mesmo, cuidando dos meus netinhos.*

Tem um advogado tentando me aposentar. Meu corpo adoeceu junto com a minha cabeça: sou hipertensa, pré-diabética, tenho ansiedade e depressão. A renda da casa é só o Bolsa Família. Moramos eu e dois filhos.

Meu problema com a ansiedade é tão grave que eu não consigo trabalhar. Porque, realmente, não consigo. Não sei. Fico em desespero.

Eu já falei pro meu filho “tô querendo sair dessa casa”. Porque eu tô ali na rede, mas do nada, eu vejo que tem alguém olhando pra mim, de trás da rede.

Meu dia começa cedo. Seis horas o neto já chega. Três anos, inquieto que só ele. A mãe dele vem buscar às cinco da tarde. Eu passo o dia com esse menino, entre o feijão no fogo, um desenho na televisão, um grito meu pedindo pra ele descer da cadeira. Nas terças, quintas e domingos eu vou pra igreja à noite. Quando fico em casa, às vezes vou de tardezinha pra casa das colegas. A gente conversa, ri um pouco, vê o tempo passar e volta.

A minha filha que mora comigo chega por volta de sete e meia, oito horas.

Aí, mas também é mesmo que nada, que ela chega, cansada, a bichinha sai bem cedinho. Ela estuda até meio-dia e a partir da tarde vai pro estágio.

Tem 18 anos. Eu olho pra ela e vejo cansaço novo num corpo tão moço.

A minha infância foi muito, assim, triste.

Quando eu tinha uns quatro anos, minha mãe separou do meu pai. A gente morava no interior. Meu avô deu uma casa pra minha mãe morar. Era tudo pequeno, casa de taipa, chão batido. Eu tinha cinco anos e lembro como se fosse hoje: eu não tinha brinquedo nenhum.

Aí minha mãe decidiu me dar pra outra família me criar.

Cheguei na casa e tinha boneca.

Aí ela disse assim: “minha filha, quer ficar aqui?” E eu: “eu quero”. Eu fiquei só pelas bonecas.

Passei dez anos nessa casa. Chamava ela de mainha, ele de painho. Tinha duas irmãs adotivas. Eu cuidava delas, fazia tudo lá, não deixava a minha mãe que me criou fazer nada.

Aprendi a cozinhar cedo, lavava roupa, varria quintal. Eu era menina, mas vivia como gente grande.

Quando eu completei 15 anos, o mundo mostrou a cara de outro jeito.

Eu tava dormindo na minha cama e ele esperou a minha mãe dormir pra ir mexer comigo.

Aí eu ficava ameaçando ele que ia dizer pra ela. Quando eu tava dormindo, ele queria passar a mão em mim. Aí eu: “sai, sai, painho, eu vou dizer pra minha mãe”.

“Se você disser, eu lhe mato”.

Eu não contei. Não queria fazer ela sofrer. E também achava que ninguém ia acreditar em mim.

E se eu dissesse pra ela eu ia acabar com o casamento dela. E ela não ia acreditar em mim.

Inventei que queria ir embora. Fui pra casa da mãe que me gerou. Lá também não encontrei muito abraço. Comecei a trabalhar em casa de família com 15 anos. Conheci um namorado e fiquei grávida.

Eu tenho um filho que eu nunca nem vi na minha vida.

O rapaz dizia que trabalhava na polícia. Depois descobri: *ele era bandido. Ele roubava.*

A mãe dele sabia e não me disse nada. *Ele dava trabalho à polícia, né?*

Eu só descobri quando a viatura chegou pra levar ele. Eu disse que nunca mais queria ver aquele homem e voltei pra casa da minha mãe biológica. Ela disse que ia cuidar da criança, que já tinha comprado tudo, o enxoval. O nome dele era Miguel.

Quando eu tive ele, a minha mãe arrumou uma médica, Ana, pra criar meu filho.

O padrasto que morava com minha mãe não aceitou eu ficar cuidando do meu filho. Meu irmão mais velho também não.

Aí eu fiquei sozinha.

Eu era de menor, não conhecia o mundo.

Se fosse hoje, hoje eu sabia me virar sozinha. Mas antes, não.

Aí eu fugi de casa.

Aí foi pior, viu?

Eu já tinha 16 anos. Hoje ele tá com 36.

Minha mãe biológica faleceu ano passado. Eu tenho contato com minhas irmãs, falo quase todo dia com elas e também falo com a mãe que me criou. Nunca contei pra ela sobre o marido. E nunca vou contar. Quando vi ele pela última vez, ainda pedi a bênção.

Estudei até o sexto ano.

Aí não estudei mais, porque eu fui morar na rua.

Morei acho que uns dois anos no centro da cidade. Saí de casa só com a roupinha dentro da sacola e fiquei morando na rua. Eu ficava sentada no banco da praça. O pessoal me dava comida. Fiz amizade com quem vendia café, eu ajudava a vender e ela me dava um prato.

Eu dormia perto da polícia.

A vida da gente é um desenho torto, né?

Pra você ver a minha infância, né? Os policiais me protegiam nesse tempo.

Eles diziam: “fique aí deitada que ninguém vai mexer com você”.

Traziam quentinha de noite pra mim. Outras mulheres traziam roupa, lençol.

Todo dia eu pedia a Deus: *eu queria tanto sair daqui.*

Queria trabalhar, queria viver outra vida. Repetia isso como quem ora baixinho.

Aí conheci uma mulher. Era mulher de programa, uma senhora já. Rosália.

Ela disse: “ei, você quer sair da rua?”

Eu respondi que queria.

Eu vou levar pra uma amiga minha pra você ir trabalhar na casa dela.

Fui. Hoje ela é madrinha dos meus filhos.

Eu me criei com ela.

Fui pra Aracati com 17 anos. Lá conheci o pai de Rafael. Me juntei logo e fiquei grávida, já perto dos 20. Passei três anos com ele. Eu era conhecida por ser brava.

Eu era uma jararaca de braba, viu?

Um dia vi ele me traindo com a irmã do primo dele. Bati nos dois.

Eu não sei daonde veio essa força.

No outro dia arrumei minhas coisas e fui embora pra Fortaleza. Ele disse: “*eu não vou lhe dar dinheiro*”.

Eu respondi: *eu não preciso de dinheiro.*

Eu não tinha medo de nada, não. Hoje eu tenho.

Voltei pra casa onde trabalhava, da madrinha dos meus filhos. Ela disse que não ia pegar meu filho de mim. *Foi nesse tempo que eu não tinha documento e fui no interior pegar com minha mãe. Eu não disse a ela que tava grávida, porque fiquei com medo dela dar meu filho de novo. Eu já era de maior.*

Foi aí que descobri que meu nome era Maria.

Durante vinte anos me chamaram de Regina. Eu achava que era esse o meu nome.

Com 20 anos tive Rafael. Quando ele ainda era recém-nascido, conheci o pai de Rafaela, 22 anos mais velho que eu. Ele tinha 42. De novo a traição. Disse que ia dormir na casa da mãe, mas tava com outra mulher.

Ele era muito raparigueiro.

Peguei os dois se beijando.

Ele me deu um murro na minha boca que o sangue desceu. Aí quando o sangue desceu, eu disse assim “esse sangue aqui eu vou derramar nela”.

Devolvi na mesma moeda.

O meu apelido era Regina Puxa Faca, viu? Eu só andava com uma faquinha, com um punhalzinho.

Terminei com ele e fui criar minha filha sozinha.

Aí eu fui trabalhar, pagava a pessoa pra cuidar do Rafael e da Rafaela.

Trabalhei em casa de família durante sete anos.

Eu fazia tudo lá, cuidava do jardim, fazia tudo. Comida, cuidava da casa.

Às vezes eu ficava lá a semana inteira, porque eram dois idosos.

Meu quarto era fora da casa, depois da cozinha.

Mas não tinha perigo não, porque era rodeado de cachorro. Era um quarto muito bonito, tinha até televisão pra mim. Tinha um baúzinho pra botar minhas roupas, tinha uma cama, comida, a televisão e o banheiro.

Eu tinha o sonho de ser enfermeira.

Mas quando eu morava na rua, eu não tinha mais sonho. Eu só pensava sair dali, da rua. Era o único sonho.

Passei na praça recentemente e voltou um filme na cabeça. Eu andando e me lembrando do tempo que eu passei ali.

Mostrei pra minha filha: “eu vivi minha infância aqui”.

Quando o Rafael nasceu, com um ano, o pai queria levar ele. Aí eu não deixei. Mas depois, quando ele tava assim com uns quatro anos, eu deixei ele morar lá com eles. Tanto que ele morou lá até os doze anos e eu não queria que trouxesse ele pra cá. *Porque o bairro que a gente morava não era bom pra criar ele. Eu dizia que não era para deixar ele voltar pra lá porque lá ele ia se envolver com outras pessoas.*

Mas só que eu criei ele muito bem, sabe? Porque diz uma frase que diz assim: “não deixe um traficante adotar seu filho”, né? Quando ele era de menor, ele deu droga, né? Foi preso, mas aí de maior ele não quis mais essa vida pra ele. Foi trabalhar, ele tava na igreja também. Quando mataram ele, ele tinha saído da igreja.

Na época ele vendia mesmo pra um traficante. *Eu fui tirando ele, né, pedindo pra ele sair dessa vida. Aí deu certo.* Eu me lembro de ter visto ele ajeitando as drogas e ele pediu pra eu não me preocupar. Aí ele foi preso.

Aí lá vai eu visitar a polícia. Foi no momento mais difícil da minha vida, porque hoje tem as... os body check que você entra com roupa. Eu peguei o tempo que você ficava nua e eu tinha muita vergonha. Eu tinha tanta vergonha.

Cheguei... Na primeira vez que eu fui, eu cheguei, eu chorei tanto lá dentro. Eu chorei, eu passei mal. A polícia mandava tirar a roupa, aí mandava a gente ficar abaixada no canto da parede e tossir. Era uma coisa assim... que ninguém, eu não quero que ninguém, nenhuma mãe passe por isso.

Chegou um momento que ele saiu da prisão e passou seis meses indo assinar. *Eu ia com ele.* Ele passou nove meses preso e eu ia de quinze em quinze dias visitar ele. *Lá eu vi tanta coisa que, meu Deus do céu. Lá eles respeitavam muito as mães. Quando eu entrava no portão, eles estavam tudo no corredor, eles abaixavam a cabeça. Eles só falavam comigo se eles pedissem a meu filho pra falar comigo.*

11 de agosto de 2015, às 21h.

Eu tava dentro de casa e o meu filho mais novo tinha ido colocar água pra ferver pra fazer miojo. *A casa era muito mal dividida, a cozinha era altamente estreita.* A gente tinha acabado de ganhar um portão, mas que nunca botaram o portão. A porta era daquelas divididas em duas partes, que abre em cima e abre embaixo, *não tinha segurança nenhuma.*

Ele colocou a água pra ferver e foi pra outra calçada da frente. Ficou encostado, olhando pra uma pracinha que tinha do lado. Do outro lado tem um trilho. Os tiros começaram justamente no lugar que, no dia anterior, eu e ele tínhamos ido comprar batatinha.

Lá mataram dois rapazes. Aí vieram de onde estavam pra entrar na travessa estreita que ficava entre a pracinha e os trilhos, que era onde a gente morava.

O grupo de policial eram doze.

Teve um menino que saiu do lado de fora e eles mataram o rapaz. Tinha um beco e a namorada da irmã do Rafael veio correndo do beco *“e a bala comendo atrás”*. Ela escutou quando os policiais falam: *“Não vai matar nem criança e nem mulher.”*

Na hora que eles falaram isso, eles foram seguindo lá pra travessa, aí os que vieram de lá, vinham já querendo matar um cara.

Eles já foram procurando pessoas específicas.

Esse rapaz que eles tavam atrás vinha lá da pracinha correndo, correndo quando ele veio correndo, ele tava louco. Do lado da minha casa ficava um portão da vizinha. *Ela deu*

refúgio a ele. Mas os policiais pensaram que ele tinha entrado na minha porta, porque quem tava vindo dessa direção não dava pra ver em qual casa tinham entrado.

Quando o mais novo escutou os tiros, ele correu pra dentro de casa, bateu na porta e disse:

“mãe, é bala!”

Quando eu escutei, eu só falava: *“meu Deus, proteja as crianças que tão no meio da rua”*.

Rafael saiu do quarto. *“Calma, mãe, seus filhos tão tudo aqui.”*

O primeiro policial arrombou e atirou. O som foi um trovão dentro de um lugar pequeno demais pra caber barulho e medo juntos. Depois entrou o segundo. Eu comecei a bater nas costas dos policiais dizendo: *não faça isso não pelo amor de Deus.*

Eu tentei enfrentar os dois com o meu corpo de mãe, como se o meu corpo pudesse ser parede.

Eles entraram atirando em Rafael entrando pra cozinha. A cozinha estreita, a água do miojo ainda esperando ferver, o cheiro de gás, a luz fraca. *Eu vi ele suspirar pela última vez.*

Um irmão mais novo do Rafael tava dormindo e se escondeu debaixo da cama. Eu saí correndo atrás de um carro pra levar meu filho no hospital. Os policiais diziam pra eu me afastar de Rafael, dizendo que eles iam buscar ajuda.

Depois que ficou eu e outro filho dentro de casa, *aí chega a polícia normal.*

Um olha pro outro e fala: *“é o Henrique?”*

Aí eu digo: *“não, o nome do meu filho não é Henrique, é Rafael.*

Aí eles olharam um pro outro e, no olhar, disseram assim: “matamo o cara errado”.

Confundiram meu filho com o rapaz que estavam perseguindo.

Depois de um mês vieram buscar o Henrique. Atiraram, ele tava na esquina, atiraram na perna dele, ele conseguiu correr, quando ele correu foi lá pro bar da vó dele, aí ele sentou no colo da avó dele. Eles tiraram do colo da vó dele e mataram. Essa vó dele ficou desesperada, quase que ela morre nesse dia e os policiais, eles estavam com farda.

O que atirou no meu filho tava com o distintivo, mas todos à paisana. Depois foi descoberto que todos eram policiais.

Cinco pessoas morreram nesse dia.

Na época, nós, as mães, fomos atrás. Mas fomos ameaçadas. Inclusive eu. As ameaças vieram de instituições ligadas à justiça. Quando eu fui nessa instituição, colocaram

uma arma .40 em cima da mesa e ficavam perguntando **se eu tinha certeza** de que tinham sido policiais que tinham matado meu filho.

No velório, o carro da instituição passava e ficava olhando, baixou o vidro pra intimidar.

Eles não respeitaram nem minha dor, porque eu chegando em casa, eles já estavam na minha casa pra mim abrir a casa pra eles olharem, os policiais da civil e foi esses policiais que vieram me buscar de manhã pra delegacia, aí eu disse que não precisava, porque eu ia sozinha.

*Aí depois eu descobri que ***** [a pessoa da instituição] era do grupo de extermínio também do policial assassino.*

O meu caso foi dois meses antes do da Maria.

Eu já vi traficante dando um bolo de dinheiro pra viatura.

Em 2025, de julho a setembro, teve briga de facções por perto de onde eu morava, no antigo bairro, onde meu filho foi assassinado.

Começou a morte, muita morte, era direto, e toda vez acontecia a morte, a polícia não aparecia na hora. Era coisa de duas horas e meia. Eles querem que se mate tudinho.

Eram briga de três facções. A polícia deixava tudo se matar. A praça não tinha uma viatura. Agora que já foi tomada, aparece a guarda municipal. Pra mim, o que aconteceu nesses meses foi chacina.

Para a honra e glória do Senhor, no outro dia de manhã foi tomada. Polícia passa agora. Tem festa direto. É muito mais fácil você acreditar em uma pessoa envolvida do que num policial. Eles chegaram lá, foi feita a festa das crianças, eles contrataram brinquedos, doce, pipoca.

O mesmo direito que a pessoa que mora na beira-mar tem, o da periferia tem, porque a gente sabe que a criança da periferia ela não tem as mesmas oportunidades de uma criança que mora na Aldeota.

Eu não vou mais [pra beira mar], eu não tenho vontade mais de ir. Porque quando eu vou lá eu me sinto mal, é como se aquele ambiente ali não me cabesse.

Lembro do caso do filho da Tânia, no Castelo Encantado, do lado da beira-mar. Ele tinha 14 anos, tava num bar, cheio de criança, o tiro bateu no chão e pegou na cabeça dele. Um tiro só. Esse policial era recém-formado.

Essa mãe também faz parte do Movimento Mães da Periferia. Eu conheci o Movimento em 2020, na pandemia. Dona Édna foi lá num projeto que a gente participava, soube da minha história, pegou meu número e no outro dia foi lá em casa.

No dia da morte, quando a gente saiu desesperado, *a casa tava rodeada de pessoas, aí com coisa de uma hora chegou o Águia Dourada, que é da reportagem da Band, que é a TV Cidade, aí ele chegou com coisa assim de uma hora, aí que lotou mesmo, a travessa de uma ponta a outra tava movimentada. Aí a gente não conseguiu dormir. Os tiros começaram de oito e quarenta, por aí, coisa de dez minutos, meu filho tava morto.*

Não chegou ambulância. Ninguém pensou que podia ter gente só ferida.

Minha filha passou mal, foi pro hospital. E o pessoal o tempo todo me dando remédio, né, foi pra mim ficar dopada. Eu lembro que eu passei mal, meus filhos passando mal.

Tenho depressão e ansiedade. Comecei terapia em 2020, com o Movimento que tem os psicólogos. Ajuda muito. Agora estamos numa pesquisa em São Paulo, quem tá pagando é o Ministério de Direitos Humanos, reúne dois sábados por mês. Em novembro vai ter presencial aqui em Fortaleza, vai vir Débora, das Mães de Maio

Ela veio um bocado de vez pra cá, a gente já se juntou, a gente passa o dia junto, a gente almoça e depois volta de novo pra conversar

Eu carrego também as histórias das outras mães, porque a dor da gente vira uma rua só. Teve uma que o filho saiu pra comprar pasta de dente. O policial desceu da viatura e atirou nele assim, sem conversa. Tem vídeo disso. Depois disso, a mãe nunca mais saiu de casa, ficou vivendo por trás das paredes.

Teve outra que o menino tava dormindo. O policial chegou, puxou o lençol e matou ele ali mesmo. Disseram que teve troca de tiro, mas não teve nada. A tia foi testemunha e, desde 2021, tá desaparecida. A mãe não aguentou e tentou se matar. *Ao mesmo tempo que ela perdeu o filho, perdeu a irmã dela.*

O caso foi arquivado.

O meu também foi arquivado. Estamos tentando desarquivar agora. Tentando indenização do Estado.

Meu filho era tão bom pra mim, quando ele recebia dinheiro, o dinheiro dele ele me dava.

Em 2016 perdi minha filha com 20 anos. Ela tava com duas meninas envolvidas com traficante. Tinham batido na filha dele, vieram cobrar, mataram minha filha também.

Eu tinha ido pra igreja. Deus me tirou dali pra eu não ver. Me chamaram pra louvar. Eu louvei um louvor que ela gostava. No caminho, minha outra filha perguntou:

“Por que a senhora louvou esse louvor tão difícil?”

Eu disse: “porque esse louvor a Micaela gosta”.

Quando cheguei perto de casa, escutei os tiros. Corri. Vi as meninas no chão, me ajoelhei, peguei a mão dela. Ela apertou minha mão, já tava morrendo. Aí o rapaz do bar disse: “irmã Regina, Micaela também”.

Eu fiquei louca:

*— Eu não acredito, meu Deus, eu não acredito, **de novo**.*

Ainda escutei: “cadê teu Deus que não salvou tua filha?”

Foram nove tiros. Ela pediu: “não me mate, não, eu não tenho nada a ver com isso”.

No hospital ela morreu. Eu não consegui conhecer o corpo, nem do meu filho, mas consegui doar as córneas dela.

Eu ainda tenho esse sonho de ver alguém enxergar com os olhos dela, mas vai ser impossível.

No final de 2024, o terceiro filho morreu. Depois da morte do Rafael, ele ficou revoltado. Parou de estudar, ele tinha o coração duro, ficou de ódio, só tinha ódio no coração dele, tanto que ele se envolveu em facção e a própria facção matou ele no Piauí. Ele tinha ido há dois meses, eu falei com ele no dia 02 de janeiro. No dia 04 mataram ele.

Eu sou uma mulher muito forte.

Minha força vem do Senhor.

Todo dia eu peço: “Senhor, me dá forças pra eu vencer mais um dia”.

Hoje eu não tenho vontade de me levantar da rede, mas eu peço e consigo.

Minha alegria é louvar. Eu me sinto feliz quando é dia que eu to escalada, eu fico ansiosa que chegue a hora que eu esteja lá na igreja.

Eu sinto muita saudade do meu filho. Eu já comecei a escrever uma carta e nunca consegui, até a foto dele eu botei no caderno e só escrevi:

No dia 11 de agosto foi o dia mais triste da minha vida.

2. INFÂNCIAS EMBRUTECIDAS

Nenhuma história começa do fim.

*Quanto mais velhos ficamos, mais visitamos o cemitério. Não porque queremos, mas porque a vida nos empurra até lá. Nos últimos anos foram muitas idas. As mais duras, talvez, as da minha avó e da minha sogra (*in memoriam*). Quando eu era criança, meus pais não permitiam que eu fosse. Naquele tempo, eu sequer entendia o que era aquilo. Tudo virava invenção: personagens, cenas, risos, gritos, correria. A morte ainda não tinha peso.*

Hoje já foram mães, pais, professores, parentes. Às vezes nossos, às vezes dos amigos. E a gente entra naquele estirão comprido, ladeado de túmulos, fotos e datas. Algumas recentes. Outras de 1973 pra trás.

Mainha já dizia: quanto mais velhos, mais medrosos. O velório não é a parte mais difícil. O mais difícil é o som da primeira pá de areia batendo na madeira. É ali que a gente se despede do material, do corpo, da imagem que passa a existir só na memória e nas fotografias. É ali que acontece a transição entre vida e morte, não no instante em que o coração para de bater.

Caminhamos por aquele estirão olhando para os lados, lembrando dos que já foram e temendo os que ainda podem ir. Pensamos naqueles que jamais gostaríamos de ter perdido e naqueles que não queremos perder nunca. A lágrima vem. O peito aperta. O rosto de quem fica cora, o choro escapa, o soluço quebra o silêncio.

Alguns acontecimentos marcam a vida de forma definitiva. Depois deles, o rosto da pessoa passa a ser lembrado a partir daquele dia. Mas nenhuma história começa do fim. E ousa dizer: nenhuma história começa sequer com o primeiro respirar.

Histórias são construções. Montagens feitas aos poucos, pedaço por pedaço. Às vezes somos nós que as narramos; em outras, narram por nós. Mas quando tomamos consciência da história sendo contada, quando entendemos nosso lugar nela, é ali que a narrativa começa. Alguns começam cedo. Outros, tarde demais.

Mas nunca do fim.

Maria do Curió

Eu moro numa casa que é minha. Comprei e tô reformando. Já faz um ano e três meses. Ainda falta coisa, mas dá pra viver. Moro com minha filha mais velha e com os dois filhos dela. A casa não é grande, mas comporta a gente. É onde a vida acontece agora.

Nunca fui casada. Já fui “junta”. Trabalhei desde cedo. Hoje sou manipuladora de alimentos. Trabalho numa creche, faço a merenda. Tenho horário, rotina, responsabilidade. É assim que sigo.

Moro em Fortaleza há trinta e dois anos. Antes disso, eu era de Redenção. Uma cidade pequena, dessas que parecem caber numa mão. Vim pra cá quando tinha vinte e três anos. Conheci o pai da minha filha mais velha e fiquei. A vida foi se ajeitando do jeito que deu.

Meu filho tinha dezesseis anos quando foi assassinado.

Mas a minha história não começa aí.

Maria do Mães da Periferia

Eu moro hoje em casa alugada. Antes era própria, mas depois do assassinato do meu filho eu não consegui mais ficar lá. *Não consegui morar mais lá, não.* A casa parecia outra, mesmo sendo a mesma. As paredes guardavam um barulho que ninguém escutava, só eu.

Também não consigo mais trabalhar. *Eu fico em casa mesmo, cuidando dos meus netinhos.*

Tem um advogado tentando me aposentar. O corpo foi adoecendo junto com a cabeça: sou hipertensa, pré-diabética, tenho ansiedade e depressão. A renda da casa é só o Bolsa Família. Moramos eu e dois filhos. Meu dia começa cedo. Seis horas o neto já chega. Três anos, inquieto que só ele. A mãe dele vem buscar às cinco da tarde. Eu passo o dia com esse menino, entre o feijão no fogo, um desenho na televisão, um grito meu pedindo pra ele descer da cadeira. Nas terças, quintas e domingos eu vou pra igreja à noite. Quando fico em casa, às vezes vou de tardezinha pra casa das colegas. A gente conversa, ri um pouco, vê o tempo passar e volta.

A minha filha que mora comigo chega por volta de sete e meia, oito horas. *Aí, mas também é mesmo que nada, que ela chega, cansada, a bichinha sai bem cedinho. Ela estuda até meio-dia e a partir da tarde vai pro estágio.*

Tem 18 anos. Eu olho pra ela e vejo cansaço novo num corpo tão moço. Meu filho tinha vinte e dois anos quando foi assassinado. Mas a minha história não começa aí.

As histórias que ficam são aquelas que caminham com a gente. A infância costuma ser lembrada como inocência, mas nem toda infância teve tempo de ser isso. Em alguns corpos, a história começa cedo demais. Antes mesmo de entender o mundo, a criança já aprende a se mover dentro dele, a desconfiar, a silenciar, a sobreviver.

Não porque compreenda, mas porque sente. A confusão vem antes da explicação. O medo vem antes do nome.

Maria do Curió

Eu descobri as coisas muito cedo. Você tem infância quando você não descobre o mundo, né? A realidade.

É como se você ter consciência da realidade que você tá ali só. Você não tem contato com ninguém. Talvez seja por isso que eu aprendi cedo a não esperar muito. A caminhar sozinha. Isso vai ficando na gente.

Maria do Mães da Periferia

A minha infância foi muito, assim, triste.

Quando eu tinha uns quatro anos, minha mãe separou do meu pai. A gente morava no interior. Meu avô deu uma casa pra minha mãe morar. Era tudo pequeno, casa de taipa, chão batido. Eu tinha cinco anos e lembro como se fosse hoje: eu não tinha brinquedo nenhum.

Aí minha mãe decidiu me dar pra outra família me criar.

Cheguei na casa e tinha boneca.

Aí ela disse assim: “minha filha, quer ficar aqui?” E eu: “eu quero”. Eu fiquei só pelas bonecas.

A ideia de infância como tempo de proteção não é uma verdade universal. Ela é um privilégio historicamente distribuído. Para muitas meninas negras, a infância não se organiza em torno do cuidado, mas da adaptação. Aprende-se cedo a perceber o ambiente, a ler gestos, a antecipar perigos. Não porque alguém explique, mas porque o corpo entende antes da linguagem.

Crianças negras reconhecem diferenças, hierarquias e violências muito antes do que se costuma admitir (Brazier, 2023). Não se trata de uma percepção isolada, nem de uma experiência excepcional. Tampouco se formula, na infância, como “eu sofri racismo” ou “isso acontece porque sou menina”. São percepções difusas, que geram revolta sem nome, acontecimentos sem justificativa aparente, mas que deixam marcas profundas. Traumas que atravessam o tempo e, muitas vezes, acompanham a vida adulta sem jamais encontrarem espaço de elaboração ou cuidado.

Por que os afazeres domésticos? Por que cuidar dos outros? Onde estão os brinquedos, as brincadeiras e os jogos no fim da tarde, na calçada?

Maria do Mães da Periferia

Passei dez anos nessa casa. Chamava ela de mainha, ele de painho. Tinha duas irmãs adotivas. Eu cuidava delas, fazia tudo lá, não deixava a minha mãe que me criou fazer nada. Aprendi a cozinhar cedo, lavava roupa, varria quintal. Eu era menina, mas vivia como gente grande.

É regra em contextos atravessados pelo racismo estrutural, onde a infância é encurtada e o amadurecimento acontece por necessidade. O mundo se apresenta cedo demais, e quase nunca com delicadeza.

A consciência vem fragmentada, em imagens soltas, em ordens que não fazem sentido, em responsabilidades que não cabem num corpo pequeno (Cardoso, 2014). É assim que a solidão começa a ser ensinada: não como ausência de pessoas, mas como ausência de amparo.

Essa solidão não é individual. Não nasce de um traço de personalidade, nem de um acaso biográfico. Ela é coletiva, histórica, herdada. Mulheres negras aprendem desde cedo que há tarefas que lhes cabem sem explicação. É uma pedagogia silenciosa que atravessa gerações.

O racismo cultural brasileiro contribui para que vítimas e algozes considerem natural o confinamento da mulher negra em papéis sociais subalternizados, assim como a exploração de seus corpos (Gonzalez, 2020).

Não por acaso, desde os oito ou nove anos, muitas meninas negras já se veem empurradas para as chamadas “casas de família”, onde o trabalho doméstico é apresentado como destino natural, uma responsabilidade aceita sem questionamento, frequentemente como estratégia de sobrevivência para si e para os seus (Gonzalez, 1984; Gonzalez, 2020).

Falar de infância, portanto, exige reconhecê-la como uma construção social, e reconhecer, também, o quanto se fala pouco sobre a infância negra, sobretudo sobre a infância feminina negra. Muitas vezes, só na vida adulta é possível perceber com mais nitidez aquilo que foi vivido. Não porque a violência não fosse sentida naquele momento, mas porque ela se apresentava sob outras formas. A criança percebe que algo está errado, mas não dispõe ainda das ferramentas para nomear a opressão. Mais tarde, quando essa consciência se organiza, a recepção dessa compreensão varia: para algumas, vem como elaboração; para outras, como dor reatualizada.

A infância, nesse sentido, não é uma fase biológica neutra. Ela é uma construção social, atravessada pelas práticas culturais predominantes e pelas possibilidades ou limitações impostas pelo meio em que a criança vive. Essas condições permitem que ela desenvolva determinadas capacidades e construa repertórios próprios, sempre situados historicamente (Brasil, 1998). A criança é, assim, um sujeito social e histórico, cuja experiência é definida não somente pela idade, mas pelo contexto familiar, cultural e territorial em que está inserida, bem como pelas categorias que a atravessam, como gênero, raça e classe.

Crianças negras e periféricas, portanto, não experimentam, necessariamente, a proteção prometida pelo discurso jurídico. Nesse ponto, conseguimos dialogar em que vidas podem ser negligenciadas (Mbembe, 2016), ou seja, não necessariamente de uma morte

imediate, mas da produção cotidiana da vulnerabilidade, da exposição contínua à ausência de políticas públicas e à indiferença estatal.

A menina negra, especialmente nos territórios periféricos, é convocada a ocupar funções que não correspondem à sua idade, mas às necessidades materiais e simbólicas do contexto em que vive. Trata-se de um amadurecimento forçado, que não decorre de escolha, mas da ausência de alternativas e da naturalização da desigualdade.

Nas narrativas literárias de Conceição Evaristo (2014), essa infância aparece atravessada por tensões do universo adulto, como o trabalho informal, a violência e o tráfico de drogas. As crianças não são representadas como figuras alheias à dureza da vida social. São sujeitos imersos nela, obrigados a aprender cedo o funcionamento de um mundo que pouco lhes oferece proteção. Para as meninas, esse processo se intensifica: o amadurecimento precoce se manifesta no ingresso antecipado na força de trabalho, como domésticas ou babás e, em muitos casos, na maternidade ainda na adolescência (Morais, 2022).

Maria do Curió

Fui mãe pela primeira vez com dezoito anos. Depois vieram mais duas filhas. A mais velha hoje tem trinta e dois anos. A outra, trinta e um, mora com o pai. Naquele tempo, eu tinha dezenove anos, duas meninas pequenas, uma com um ano e seis meses, outra com nove meses. *Aquele tempo era complicado.*

Sofri eclâmpsia na primeira gestação. Fiquei um mês no hospital. Quando vi a menina, ainda passei um tempo para aceitar. *Eu nunca desisti dela, não.* Mas foi difícil. Muito. *Por isso eu digo que minha vida, eu tinha que encarar a realidade.*

Maria do Mães da Periferia

Comecei a trabalhar em casa de família com 15 anos. Conheci um namorado e fiquei grávida.

Eu tenho um filho que eu nunca nem vi na minha vida.

Quando eu tive ele, a minha mãe arrumou uma médica, Ana, pra criar meu filho.

O padrasto que morava com minha mãe não aceitou eu ficar cuidando do meu filho. Meu irmão mais velho também não.

Aí eu fiquei sozinha.

Eu era de menor, não conhecia o mundo.

Se fosse hoje, hoje eu sabia me virar sozinha. Mas antes, não.

Aí eu fugi de casa.

Aí foi pior, viu?

[...]

Trabalhei em casa de família durante sete anos.

Eu fazia tudo lá, cuidava do jardim, fazia tudo. Comida, cuidava da casa.

Às vezes eu ficava lá a semana inteira, porque eram dois idosos.

Meu quarto era fora da casa, depois da cozinha.

Mas não tinha perigo não, porque era rodeado de cachorro. Era um quarto muito bonito, tinha até televisão pra mim. Tinha um baúzinho pra botar minhas roupas,

tinha uma cama, comida, a televisão e o banheiro.

Esse encurtamento da infância atravessa o processo de construção subjetiva da criança negra. O chamado estádio do espelho, fundamental para a formação da identidade, ocorre de forma conturbada, uma vez que a imagem refletida não corresponde ao ideal de brancura que a sociedade e, por vezes, a própria família introjetou como padrão de beleza, valor e humanidade (Nogueira, 2021). A criança aprende cedo que seu corpo não coincide com o que é socialmente reconhecido como desejável.

Em muitos casos, essa fratura se instala ainda na relação materna. A mãe negra, também atravessada pelo racismo e pelo desejo de brancura, pode projetar no bebê um ideal que o corpo real da criança não consegue preencher, produzindo uma lacuna no reconhecimento narcísico (Nogueira, 2021). Não se trata de responsabilizar individualmente essas mulheres, mas de compreender como o racismo estrutura afetos, expectativas e formas de reconhecimento desde o início da vida.

Maria do Curió

A minha filha também, ela teve... teve uma infância muito triste.

Além disso, a infância das meninas negras é marcada por uma condição extrema de vulnerabilidade à violência e ao abuso. As personagens de Conceição Evaristo (2014), como Duzu Querença, evidenciam o trabalho infantil e a exploração sexual como destinos impostos pela pobreza, pela ausência de proteção estatal e pela negligência das leis que deveriam garantir direitos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nessas trajetórias, a infância não se perde por acidente: ela é roubada, tanto por aliciadores quanto por um Estado que falha sistematicamente em proteger esses corpos (Moraes, 2022; Evaristo, 2014).

A violência sexual, nesse contexto, trata-se como continuidade histórica. Reflete a herança escravocrata da sociedade brasileira, na qual o corpo da mulher negra foi e segue sendo coisificado, sexualizado e disponibilizado à exploração. Assim, a infância feminina

negra na periferia se constitui sob a sobreposição de opressões que articulam raça, gênero, classe e território, produzindo uma experiência marcada pela solidão, pela responsabilidade precoce e pela negação do direito ao cuidado.

Maria do Mães da Periferia

Quando eu completei 15 anos, o mundo mostrou a cara de outro jeito. Eu tava dormindo na minha cama e ele esperou a minha mãe dormir pra ir mexer comigo.

Aí eu ficava ameaçando ele que ia dizer pra ela. Quando eu tava dormindo, ele queria passar a mão em mim. Aí eu: “sai, sai, painho, eu vou dizer pra minha mãe”.

“Se você disser, eu lhe mato”.

Eu não contei. Não queria fazer ela sofrer. E também achava que ninguém ia acreditar em mim.

E se eu dissesse pra ela eu ia acabar com o casamento dela. E ela não ia acreditar em mim.

Maria do Curió

Desde criança eu via o mundo diferente. *Um mundo totalmente diferente.* Eu não aceitei a criança de imediato. Não foi falta de amor. Foi dor. Eu sofri muito durante a gestação. *Passei dez dias sofrendo.*

Quando descobri a segunda gravidez, fiquei triste. Não fiquei feliz. Não comemorei. Eu não tinha condições. Eu era nova. Eu tinha medo. Mas isso eu nunca disse direito.

Eu tenho que tirar um tempo pra mim conversar com ela.

Porque *ela não sabe realmente a verdade, né?* Que eu não tinha condições. *Que eu era uma pessoa... eu tinha medo naquele tempo.*

Eu tento falar da minha infância com ela. Tento explicar de onde eu venho. Mas ela não sabe. *Ela não sabe da minha infância. Porque foi muito difícil pra mim.*

Muito mesmo.

Certa vez, escutei de uma companheira que não queria se casar agora, pois trabalhava em dois horários e estudava à noite, não podendo ser “dona de casa” naquele momento. Em outro dia, uma colega afirmou que não pretendia engravidar agora, porque não queria largar a faculdade. Em ambos os casos, as escolhas lhes pareciam óbvias. Casar aparecia como sinônimo de virar “dona de casa”. Engravidar, como sinônimo de abandonar os estudos.

Essas mulheres mantêm relações com parceiros que trabalham, mas que não carregam as mesmas inquietações. Para eles, essa assimetria não chega a ser um problema, afinal, esse seria o curso natural da vida. Os estudos delas tornam-se secundários. Não haveria urgência em se especializar, em adiar planos ou em sustentar projetos de futuro, porque insistir nesses caminhos soa, muitas vezes, como desistir da ideia de família.

Não escrevo isso para culpabilizá-las, tampouco para tratá-las como menos conscientes da realidade que as atravessa. Somos ensinadas a isso. Aprendemos cedo o que se espera de nós enquanto mulheres e, especialmente, enquanto mulheres negras. Como exigir escolhas radicalmente diferentes se os caminhos possíveis sempre nos foram apresentados como estreitos?

Quando me casei, os conselhos das mulheres da minha família eram claros: “todos os dias se arrume para o seu marido”. Da família dele, ouvi: “cuide do meu bichinho”. Frases simples, ditas sem maldade aparente, mas carregadas de um projeto de mulher muito bem definido.

Por um tempo, fui profundamente revoltada com o destino que parecia reservado a mim enquanto mulher negra. Gastei energia em diversas frentes da vida, pessoais e, sobretudo, profissionais. O espaço que ocupamos molda o modo como enxergamos o mundo e o que acreditamos ser possível dentro dele. As mulheres que nos cercam em determinados ambientes nos revelam horizontes que antes não conhecíamos e segui-los, muitas vezes, significa romper paradigmas.

Sempre me indignei ao perceber que, em certos espaços, minha capacidade intelectual era colocada em dúvida. Mulheres negras, firmes, politizadas e críticas ao sistema patriarcal, capitalista e racista costumam ser encaixadas em estereótipos que as desautorizam. São vistas como incapazes de conciliar vida profissional e vida doméstica, como desprovidas de desejos considerados “femininos”. Recentemente, o espanto de alguns diante do meu desejo de ser mãe deixou isso evidente. “Nunca imaginei”, disseram.

As relações de poder não se encerram na infância. A infância encurtada não termina com o fim da meninice. Ela reaparece na forma como essas mulheres passam a se relacionar afetivamente com os homens. A aprendizagem precoce da vida, marcada pela ausência de cuidado e pela responsabilização antecipada, organiza também os vínculos amorosos. Neles, o abandono e a assimetria de poder se repetem.

A gravidez, longe de ser uma experiência compartilhada, explicita a desigualdade de gênero que estrutura esses vínculos. Nos relatos, os homens demonstram interesse pelo filho enquanto ideia, enquanto promessa, enquanto continuidade abstrata. Desejam o símbolo. Mas

se ausentam do processo concreto da gestação, do cuidado cotidiano, da responsabilidade material e afetiva. Quando a gravidez deixa de ser promessa e passa a exigir presença, compromisso e renúncia, muitos parceiros se afastam ou deixam de acompanhar o processo.

Maria do Mães da Periferia

Fui pra Aracati com 17 anos. Lá conheci o pai de Rafael. Me juntei logo e fiquei grávida, já perto dos 20. Passei três anos com ele. Eu era conhecida por ser brava.

Eu era uma jararaca de braba, viu?

Um dia vi ele me traindo com a irmã do primo dele. Bati nos dois.

Eu não sei daonde veio essa força.

Eu não tinha medo de nada, não. Hoje eu tenho.

[...]

Com 20 anos tive Rafael. Quando ele ainda era recém-nascido, conheci o pai de Rafaela, 22 anos mais velho que eu. Ele tinha 42. De novo a traição. Disse que ia dormir na casa da mãe, mas tava com outra mulher.

Ele era muito raparigueiro.

Peguei os dois se beijando.

Ele me deu um murro na minha boca que o sangue desceu. Aí quando o sangue desceu, eu disse assim “esse sangue aqui eu vou derramar nela”.

Devolvi na mesma moeda.

O meu apelido era Regina Puxa Faca, viu? Eu só andava com uma faquinha, com um punhalzinho.

Terminei com ele e fui criar minha filha sozinha.

Aí eu fui trabalhar, pagava a pessoa pra cuidar do Rafael e da Rafaela.

Maria do Curió

Eu não queria mais engravidar, mas era o sonho daquele homem ter um filho menino. O menino se apegou muito a ele. Mas quando tinha um ano e nove meses, o pai começou a namorar uma menina de dezesseis anos. Morava ainda com a gente.

Eu não era casada com ele não, mas a gente tinha uma família, né?

Eles se casaram. Eu disse pra ele: *Você não feriu a mim não, você feriu essa criança aí.* O menino sentiu muito. O pai nunca deu nada. Só foi lembrar quando foi preso. *Se lembrou do filho. Se lembrou do que ele fez, deixando o menino passar necessidade.*

Esse abandono não é apenas físico. É também simbólico. As mulheres narram relações marcadas por agressividade, machismo e controle, nas quais seus corpos e escolhas são desconsiderados. A troca por “outra mulher” aparece como gesto recorrente, reafirmando a lógica da descartabilidade dos corpos femininos negros e periféricos. Se trata de uma engrenagem que transforma essas mulheres em etapas transitórias na vida dos homens, nunca em sujeitas dignas de permanência.

Maria do Curió

Um homem ele não muda pela mulher, mas a mulher tem que mudar pelo homem.

Eu tentava manter a relação. Passava muita coisa. Chegava em casa e era *o canto do terrorista*. Perguntava o que eu tava fazendo, desconfiava de tudo. Aguentei mais de um ano depois da morte do meu filho. Até não dar mais.

A ausência masculina durante a gestação e após o nascimento dos filhos reforça a naturalização da maternidade solo como destino feminino, especialmente para mulheres negras da periferia. A responsabilidade pelo cuidado, pela sobrevivência e pela formação dos filhos recai integralmente sobre elas, como se fosse extensão natural de seus corpos. O homem, por sua vez, permanece socialmente autorizado a ir embora, a recomeçar, a constituir novas famílias sem carregar o peso da ruptura (Lima, 2021).

A maternidade, como nos ensina a literatura crítica, não é um instinto natural, mas uma construção histórica. A ideia da “boa mãe”, do amor materno como essência feminina, foi forjada em contextos específicos, sobretudo a partir do século XVIII europeu, como forma de disciplinar corpos femininos e produzir sujeitos úteis ao Estado (Lima, 2021). A romantização da maternidade serviu para ocultar a exploração do trabalho doméstico invisível e a perda da autonomia das mulheres (Baia, 2020).

Para as mulheres negras, no entanto, essa história sempre foi outra. Durante a escravidão, não eram reconhecidas como mães, mas como reprodutoras. Os filhos podiam ser vendidos, arrancados, trocados (Baia, 2020). Muitas foram obrigadas a abandonar suas próprias crianças para amamentar os filhos das elites. A maternidade negra foi historicamente atravessada pela negação da humanidade (Lima, 2021).

Talvez por isso, o cuidado materno negro tenha se organizado, ao longo do tempo, como estratégia de sobrevivência (Baia, 2020). Amar, muitas vezes, significou garantir comida, roupa limpa, escola, disciplina. Blindar o filho contra o racismo. Criar filhos negros, especialmente na periferia, é um ato político. Um gesto de resistência cotidiana. As preocupações variam conforme o gênero: para os meninos, o medo constante da violência

estatal; para as meninas, a urgência da autonomia, da força, da proteção contra um mundo que insiste em lhes violar.

A solidão atravessa tudo isso. Não como evento pontual, mas como estrutura. “Mãe solo” é, quase sempre, mãe sozinha (Lima, 2021). A solidão da mulher negra não se resume à ausência de um companheiro. Ela é afetiva, social, simbólica. É produzida por uma sociedade que nos posiciona na base da hierarquia do afeto e da desejabilidade. Mesmo quando há um homem presente, muitas vezes ele está ausente do cuidado, do compromisso, da responsabilidade.

O mito da “mulher negra forte” opera como armadilha cruel. Ao nos pintar como resistentes a tudo, impede que sejamos vistas como sujeitos de cuidado, de fragilidade, de direito ao amparo. Naturaliza a sobrecarga. Transforma o sacrifício em virtude. Justifica a irresponsabilidade masculina. O que se chama de força, muitas vezes, é apenas ausência de escolha (Lima, 2021; Baia, 2020).

hooks (2008) aponta que, desde cedo, crianças negras aprenderam a não chorar, a não demonstrar fragilidade e a sustentar uma postura de autocontenção emocional. O que nasce como mecanismo de defesa frente à brutalidade colonial passa, ao longo do tempo, a ser lido socialmente como força, maturidade ou resiliência. No entanto, essa “força” cobra um preço alto: dificulta a construção de vínculos baseados em cuidado, reciprocidade e amparo.

As relações afetivas, assim, reproduzem a lógica da infância encurtada. Assim como na infância aprendemos cedo a cuidar dos outros e a não esperar amparo, na vida adulta somos levadas a sustentar sozinhas vínculos rompidos, filhos desejados por outros, responsabilidades que nunca escolhemos carregar sozinhas. A solidão não é acidente. É elemento estruturante dessas trajetórias.

Além disso, muitas mulheres relatam que, após a maternidade, vivenciam um processo intenso de isolamento social (Lima, 2021). O afastamento de amigos, a redução das redes de apoio e o enfrentamento solitário de momentos críticos, como o puerpério, o adoecimento dos filhos ou as dificuldades financeiras, intensificam a dimensão psíquica dessa solidão. Trata-se de um abandono que não se restringe ao estado civil, mas se manifesta como um estado emocional permanente, mesmo quando há um parceiro formalmente presente.

Ao narrar essas experiências, os contos deslocam a ideia de que o abandono paterno é fruto de escolhas individuais ou falhas morais. O que se revela é um padrão social sustentado por práticas machistas, pela naturalização da ausência masculina e pela

desproteção jurídica e simbólica das mulheres negras. É um regime de gênero que organiza afetos, responsabilidades e violências de forma profundamente desigual.

E talvez seja isso que mais doa: perceber que, desde cedo, aprendemos a viver sozinhas, mesmo quando estamos cercadas de gente.

Maria do Mães da Periferia

Aí eu fiquei sozinha.

Maria do Curió

É como se você ter consciência da realidade que você tá ali só.

A dificuldade de construção de vínculos afetivos saudáveis também se relaciona com o que hooks (2008) denomina como a complexidade do amor próprio em contextos marcados pela opressão. Existe um perigo de discursos simplistas que responsabilizam individualmente mulheres negras por não se amarem o suficiente, ignorando que a autoestima é construída socialmente (Barbosa; Braga, 2024). Em sociedades racistas e misóginas, o amor próprio é um processo atravessado por constantes negações de valor, desejo e humanidade.

A prática do amor, portanto, exige tempo, disponibilidade emocional e condições materiais mínimas (hooks, 2021). No entanto, a estrutura da sociedade contemporânea, especialmente para mulheres negras e periféricas, produz cansaço físico, emocional e psíquico contínuo. A exaustão se torna parte da vida, dificultando a construção de relações baseadas em cuidado mútuo. Assim, a solidão que atravessa a maternidade negra acaba sendo consequência e expressão plena de um sistema que historicamente negou à população negra o direito de amar e ser amada em condições de dignidade.

Mas nenhuma história começa do fim. A história dessas mulheres tem início, tem meio e ainda não tem um desfecho. Ela está em curso, sendo construída no cotidiano, entre perdas, resistências, cansaços, afetos, fé e continuidades. Expor essas vivências não significa reduzir suas trajetórias a experiências-limite, ainda que, por vezes, essas experiências gritem, e gritam por razões legítimas: justiça, memória, visibilidade. O risco está em transformar a dor no único marcador de existência.

Essas mulheres não são apenas mães atravessadas pela ausência, nem apenas corpos feridos por violências estruturais. Antes de tudo, são mulheres. Mulheres com histórias que não se encerram no trauma, que não se esgotam na maternidade e que seguem, apesar de tudo, recusando o fim que tantas vezes lhes foi imposto.

3. DEPOIS QUE ELE MORREU

Depois que ele morreu, nada voltou ao lugar. Não houve um depois que organizasse o antes, nem um tempo capaz de devolver alguma linearidade à vida. Com a morte, não é apenas o luto que ganha lugar, mas uma ruptura profunda na forma como o tempo é sentido, como o corpo responde ao mundo e como a realidade passa a ser percebida. O cotidiano, antes sustentado por pequenas repetições, passa a ser atravessado por ausências constantes, por memórias que não se acomodam e por um futuro que deixa de ser projetável.

Neste capítulo, as narrativas das mulheres deslocam o olhar da morte em si para aquilo que permanece depois dela. O que se apresenta é a experiência contínua de viver após a violência, em um tempo que não cicatriza, em corpos que adoecem e em percepções de mundo evidenciadas em forma de denúncia. A morte opera como um marco irreversível, reorganizando afetos, rotinas e sentidos, ao mesmo tempo em que expõe as marcas da violência estatal para além do momento do assassinato.

As falas evidenciam que o luto se prolonga nas relações com o Estado, com a justiça, com a cidade e consigo mesmas. Tempo, corpo e percepção se entrelaçam como dimensões inseparáveis dessa experiência, revelando que sobreviver, para essas mulheres, é reaprender a habitar um mundo que já não oferece as mesmas referências de antes.

3.1. Tempo

Eu comecei a perceber isso fora do papel. Antes de virar capítulo, antes de virar subtítulo. Percebi na fala. No jeito como o tempo era organizado quando essas mulheres falavam da própria vida. O tempo deixou de ser linear. Não é mais infância, juventude, maturidade. O tempo passa a ser dividido entre *antes* e *depois*. E esse “depois” nunca se estabiliza.

Quando falam da infância, o filho aparece.

Quando falam do trabalho, o filho aparece.

Quando falam da polícia, o filho aparece.

Maria do Curió

Tentei estudar de novo. Me incentivei junto com meu filho.

[...]

Depois que eu perdi meu filho, eu adquiri muita doença.

[...]

Eu trabalhava num hospital. As pessoas diziam na minha cara que lutar por justiça era em vão. *Quem morreu, morreu e se acabou.*

[...]

Eu criei um sonho pra mim. E *o meu sonho, ele foi apagado com 17 anos.*

Maria do Mães da Periferia

Eu moro hoje em casa alugada. Antes era própria, mas depois do assassinato do meu filho eu não consegui mais ficar lá. *Não consegui morar mais lá, não.*

[...]

Pra você ver a minha infância, né? Os policiais me protegiam nesse tempo.

A morte do filho se torna um marco temporal absoluto, um ponto fixo a partir do qual tudo é reorganizado. Não importa o assunto. Não importa o ano. A narrativa sempre retorna àquele instante, mesmo quando não é nomeado diretamente.

Durante as conversas, notei que mesmo quando a pergunta era sobre outro tema, como trabalho, saúde, fé, infância, a resposta dava uma volta e voltava para a morte. Não sentia insistência, pelo contrário, era algo natural. A vida, para essas mulheres, passou a ser narrada a partir desse ponto. É como se tudo precisasse ser localizado no tempo em relação a ele, para fazer sentido.

Isso não significa que a vida tenha começado ali. Ao contrário. Significa que a morte reorganizou aquilo que veio antes e aquilo que veio depois. A realidade é reinterpretada. Nada fica intacto.

O tempo, que antes era vivido como continuidade, passa a ser vivido como ruptura.

Não era como se determinados assuntos se voltassem a esse marco temporal, mas era como se as memórias, mesmo quando o filho ainda não tinha nascido, começa a ser contada a partir do hoje. Os relacionamentos, a infância, os sonhos... Como se o filho falecido estivesse presente até nas lembranças que não o incluíam. Como se a vida inteira tivesse sido puxada para esse centro gravitacional.

E talvez seja por isso que, ao escutar essas mulheres, eu tenha sentido algo muito específico: a sensação de que o tempo delas não acompanha o tempo do mundo. Enquanto a cidade segue, os processos andam ou são arquivados, as pessoas esquecem, elas permanecem ali, presas a um instante que não se encerra.

A morte do filho interrompe a linearidade da vida, mas não a suspende completamente. Essas mulheres seguem vivendo. Trabalham, adoecem, cuidam, riem,

cozinham, oram. Mas vivem carregando esse marco consigo. Como se cada novo acontecimento precisasse ser medido em relação à perda.

Nada é simplesmente “agora”.

É sempre “agora, depois da morte”.

Algumas histórias começam e param. Outras retornam ao mesmo ponto, várias vezes, como se o tempo insistisse em tropeçar ali.

A morte do filho, portanto, não encerra uma história. Ela inaugura uma nova forma de narrar a vida. Uma narrativa que não começa do fim, mas que passa a ser contada a partir dele. Um fim que não finaliza, mas reorganiza.

Eventos repentinos e traumáticos funcionam como marcos que exigem uma re-históriação completa da vida da narradora (Araújo, 2022). Quando uma mãe afirma que “isso foi antes dele morrer”, ela não está apenas datando um evento, está localizando sua fala em uma era em que o mundo ainda possuía uma coerência mínima, em que as leis da natureza não haviam sido subvertidas (Araújo, 2022; Morabito, Cremasco, 2023). O natural e o esperado da vida é que um filho perca uma mãe, e não o contrário.

Nesse “antes”, a infância do filho é frequentemente lembrada como um território de proteção e investimento narcísico, no qual a mãe depositava nele a esperança de realização de sonhos que ela própria, muitas vezes, não conseguiu alcançar (Morabito, Cremasco, 2023). No “depois”, o passado é revisitado sob a sombra da tragédia, e cada detalhe da infância, o jeito de sorrir, as “artes” que fazia, passa a funcionar como uma forma de mumificação da memória, uma tentativa de preservar a integridade da imagem do filho contra o estigma de criminoso imposto pela mídia e pelo Estado (Andrade, 2019).

A morte decorrente da violência policial impõe o que se define como um “alargamento aprisionante do tempo” (Gomes, 2019, p. 74). Diferentemente do luto por morte natural, no qual o tempo cronológico auxilia na cicatrização, o luto traumático congela a mãe em um eterno presente de sofrimento.

O tempo deixa de ser uma sucessão de planos para o futuro e se transforma em um ciclo de repetição do trauma, no qual a mãe “engole o filho de volta no ventre”, em um “parto às avessas” (Feijoo, Noletto, 2022, p. 6), como tentativa simbólica de protegê-lo da violência que o mundo lhe infligiu. A estrutura do tempo após a perda passa a ser ditada pela agenda dos tribunais, pelas datas de aniversário do assassinato e pelos rituais de luta, transformando a temporalidade em algo imensurável e insuperável.

A solidão dessa nova era é profunda. O ativismo e a necessidade de repetir exaustivamente a história da morte, muitas vezes, afastam amigos e familiares que não

suportam a carga do sofrimento, produzindo aquilo que Verônica Araújo, Edinilsa de Souza e Vera da Silva (2022) se denominam luto sem direitos, traduzido como . A mãe torna-se uma estrangeira em sua própria vida, habitando um tempo em que a felicidade alheia pode ser sentida como agressão, e no qual ela precisa carregar no peito o rosto do filho estampado em uma camiseta como prova material de que ele existiu e de que sua vida tinha valor (Araújo, Souza, Silva, 2022).

Sendo assim, lidar com o tempo passa a ser uma estratégia, também de desmatar simbolicamente o filho, retirando-o da vala comum das estatísticas e devolvendo-o à história como sujeito de direitos. Quando dizem “quando ele morreu já tinha isso...”, estão, na verdade, tentando costurar os escombros de uma vida que o Estado tentou apagar.

3.2. Corpo

O corpo feminino sempre foi uma questão para as mulheres. É um corpo que já nasce atravessado por parâmetros, por expectativas, por normas a serem seguidas. Um padrão. E aqui não me refiro apenas à dimensão estética, embora ela também esteja presente. O corpo é cor, é saúde, é limite. É a base material que permite viver. Viver coisas boas, mas também suportar as coisas ruins.

Esse não era, a princípio, um tópico previsto no roteiro das conversas. Não constava como pergunta, nem como eixo estruturado da escuta. Ainda assim, o corpo apareceu. Apareceu logo no início. E, olhando agora, talvez não fosse possível que fosse diferente. Isso já havia se anunciado antes mesmo dos encontros presenciais, quando tentei estabelecer contato com mulheres que não estavam vinculadas a nenhum movimento social.

Nessas tentativas, os relatos começaram a surgir. A primeira mulher com quem consegui algum contato havia sido diagnosticada com esquizofrenia. Ela já não conseguia manter conversas prolongadas, não conseguia falar de si, tampouco elaborar verbalmente tudo aquilo que a atravessou. Sua vida passou a ser mediada pelo cuidado do marido. Em seguida, outra mulher que não consegue permanecer sozinha em casa. Outra que não sai mais de casa. Corpos que se retraem, que se fecham, que adoecem.

Percebo, agora, que minha surpresa diante disso também precisa ser nomeada. Em alguma medida, existe uma armadilha, inclusive para quem pesquisa o tema, de imaginar que a organização política produziria uma espécie de blindagem subjetiva. Como se estar em movimento significasse não adoecer, não colapsar, não sucumbir. Isso é um equívoco.

Lutar por justiça de forma politicamente organizada não elimina o sofrimento, nem impede o adoecimento. As mulheres que não estão em movimentos também buscam justiça.

Apenas o fazem de outras formas, em outros tempos, a partir de outros recursos. A ausência de organização coletiva não significa ausência de dor, nem ausência de demanda por reconhecimento.

Por outro lado, a presença em movimentos sociais também não torna essas mulheres mais “fortes” no sentido romantizado do termo. O fato de estarem nas ruas, nas marchas, nas redes sociais, nas assembleias e em espaços institucionais não as imuniza contra o impacto contínuo da violência. A força que se vê é, muitas vezes, uma força produzida na urgência, na necessidade de continuar existindo e de fazer o filho existir na memória pública.

O adoecimento atravessa todas. O que muda, em muitos casos, são as possibilidades de elaboração, de nomeação e de compartilhamento dessa dor.

Assim, o corpo feminino negro aparece como território de inscrição da violência. Da violência policial que matou seus filhos e da violência institucional que se segue, da negligência estatal, da solidão, da repetição exaustiva da perda. Não são mulheres doentes, são mulheres adoecidas.

Maria do Curió

Depois que eu perdi meu filho, eu adquiri muita doença.[...]

A depressão generalizada. Veio o esquecimento. A cabeça não acompanha mais tudo. São muitas coisas, sabe? No decorrer da vida.

Maria do Mães da Periferia

[...] sou hipertensa, pré-diabética, tenho ansiedade e depressão. [...]

Meu problema com a ansiedade é tão grave que eu não consigo trabalhar. Porque, realmente, não consigo. Não sei. Fico em desespero.

Eu já falei pro meu filho “tô querendo sair dessa casa”. Porque eu tô ali na rede, mas do nada, eu vejo que tem alguém olhando pra mim, de trás da rede.

São muitas medicações ingeridas diariamente, e o Movimento tem sido fundamental ao possibilitar acesso a acompanhamento psicológico e a diferentes formas de apoio. A terapia tornou-se um eixo central na vida dessas mulheres. Que, para além do tratamento para adoecimentos que se manifestaram ao longo dos anos, tratam do espaço de elaboração da própria vida. Hoje, Maria do Curió ainda está em processo de revisitar e descobrir a própria infância, um movimento tardio, mas necessário, de reconstrução de si.

O adoecimento dessas mulheres é um processo de adoecimento induzido por uma estrutura que nega o direito ao luto e à humanidade. Esse adoecimento tem origem no próprio

Estado que, após ceifar a vida de jovens negros, atua de maneira a desestruturar todo o núcleo familiar, operando para que essa família também adoça e se desfaça (Araújo, Souza, Silva, 2022). Nessa lógica, é um equívoco pensar nesse adoecimento como uma patologia de ordem puramente biológica ou individual. Isso é uma face do genocídio da população negra que se atualiza pela produção contínua de sofrimento, abandono e desamparo (Nascimento, 2016; Araújo, Souza, Silva, 2022).

Durante as conversas, foi recorrente que essas mulheres mencionassem histórias de outras mães, conhecidas diretamente ou por relatos que circulam nas comunidades onde vivem.

Maria do Mães da Periferia

[...] Teve uma que o filho saiu pra comprar pasta de dente. O policial desceu da viatura e atirou nele assim, sem conversa. Tem vídeo disso. Depois disso, a mãe nunca mais saiu de casa, ficou vivendo por trás das paredes.

Teve outra que o menino tava dormindo. O policial chegou, puxou o lençol e matou ele ali mesmo. Disseram que teve troca de tiro, mas não teve nada. A tia foi testemunha e, desde 2021, tá desaparecida. A mãe não aguentou e tentou se matar.

Ao mesmo tempo que ela perdeu o filho, perdeu a irmã dela.

A palavra “arquivar” torna-se, nesse contexto, uma das formas mais explícitas pelas quais o Estado afirma que não se importa. Não importa quem eram esses jovens, de onde vinham, nem o impacto de suas mortes sobre as famílias. Não importam testemunhas desaparecidas, mães adoecidas ou tentativas de suicídio. O que importa é a construção de uma teia jurídica capaz de conter o caso dentro dos limites institucionais: quem será o promotor(a), quem será o(a) defensor(a) ou advogado(a), quem será o juiz ou a juíza. O restante é tratado como excedente. O objetivo passa a ser administrar o processo, reduzir danos institucionais e garantir que nada avance além do que já foi exposto. O cotidiano passa a ser o da fuga. Fugir da polícia e fingir que a violência não continua a acontecer.

A mulher, sobretudo a negra da periferia, ocupa, historicamente, o lugar de vigamestra de sua família e de sua comunidade (Gonzalez, 2020; Araújo; Souza; Silva, 2022). Após o assassinato, e diante da recorrente ausência da figura paterna, é sobre outras mulheres que recai a responsabilidade pela busca por justiça e pelo cuidado dos sobreviventes. Falo, propositalmente, em mulheres, e não apenas em mães, porque quando a mãe não está, seja pelo adoecimento psíquico, seja pela morte, são outras mulheres que assumem esse lugar. Na

doença da cabeça da casa, quem sustenta é outra mulher: uma irmã, uma filha, uma tia, uma prima, uma vizinha.

São mulheres que ocupam os bancos de espera dos hospitais, que transitam pelos corredores das instituições de justiça, que estiveram presentes no nascimento, no crescimento, na alimentação e no vestir desses jovens. São mulheres que sustentam a vida antes, durante e depois da morte. São mulheres.

O adoecimento tem um custo econômico imediato. A incapacidade de trabalhar após a perda, seja em razão da depressão profunda, seja pelos sintomas físicos que se manifestam no corpo, empurra essas famílias para níveis ainda mais graves de vulnerabilidade social (Andrade, 2019). Diante disso, o Estado surge oferecendo respostas majoritariamente medicalizantes, como se a prescrição de medicamentos fosse suficiente para lidar com um sofrimento produzido estruturalmente. Não há suporte social consistente, tampouco acompanhamento psicológico adequado, o que termina por dopar a capacidade de fala dessas mulheres, silenciando a dor em vez de enfrentá-la.

Mesmo os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), concebidos como alternativas à lógica manicomial no Brasil, falham ao acolher essas mulheres (Morábito, 2024). Elas reconhecem o adoecimento, sabem que precisam de cuidado, mas não desejam a internação. Ainda assim, diante de tentativas de suicídio ou crises agudas, a resposta estatal volta-se novamente para o isolamento e o controle, como se a internação fosse a única possibilidade de intervenção. Quando o Estado não mata pela bala, mata pela doença (Morábito, 2024).

O corpo fica doente.

3.3. Percepções do mundo

A morte do filho não inaugura uma consciência sobre o lugar onde vivem, sobre a cor da pele ou sobre o valor que suas vidas têm para o Estado. Durante nossas conversas, o que se tornou evidente foi o quanto essas mulheres sabem exatamente onde estão inseridas. Elas conhecem a realidade da periferia. Conhecem a forma como a polícia atua. Estão cientes do que aconteceu com seus filhos e do que continua acontecendo com os filhos de outras mulheres. Sabem da ausência de serviços públicos, da precariedade do policiamento nas ruas e da negligência cotidiana do Estado. Elas sabem.

Nada produz mais conhecimento e saber do que a vivência. É isso que reivindico dentro do campo do Direito: a inserção de uma educação que transgrida, que reconheça as particularidades e as individualidades, inclusive aquelas que não passam pela sala de aula

formal. Estamos falando de mulheres que, em sua maioria, não concluíram os estudos tradicionais. Ainda assim, a vida lhes ensinou aquilo que muitos pesquisadores e pesquisadoras acreditam dominar após ler e reler autores que, frequentemente, nunca pisaram na periferia.

O que observo, inclusive dentro da própria militância, é uma certa romantização da pobreza e da violência. Uma forma de falar carregada de tristeza performada, como se as pessoas que vivem nesses territórios não soubessem exatamente do que se trata. Há, muitas vezes, o uso excessivo de termos complexos para explicar aquilo que, na prática, é realidade concreta. Cria-se uma parede entre quem pesquisa e quem vive. Uma distância que não deveria existir.

O que houve, na verdade, foi confirmação.

A morte do filho apenas tornou explícito aquilo que sempre esteve ali.

Nas conversas, percebi uma denúncia constante, direta, por parte dessas mulheres, tanto sobre a atuação policial quanto sobre a própria estrutura da periferia. Importa dizer que esse não era um tópico previsto no roteiro. O roteiro partia do percurso da vida: infância, juventude, adultice. Ainda assim, ficou claro o quanto elas queriam dizer. O quanto era importante que pessoas que não moram nesses territórios entendessem, com precisão, como as coisas funcionam por lá.

Maria do Curió

Nós temos que mostrar pra sociedade que nós também moramos nos cantos. [...]

Não é você chegar e brigar.

[...]

Todo dia, onde eu moro, a polícia tá lá. Todo dia. Eles entram nas casas.

[...]

Nós estamos conversando aqui, tem uma mãe perdendo o filho pelo braço do

Estado.

Aí tudo eles botam a culpa em quem? Sempre eles tem um álibi. Mas na verdade, é eles mesmo que estão praticando.

Maria do Mães da Periferia

Eu já vi traficante dando um bolo de dinheiro pra viatura.

[...]

Começou a morte, muita morte, era direto, e toda vez acontecia a morte, a polícia não aparecia na hora. Era coisa de duas horas e meia. Eles querem que se mate tudinho.

[...] Pra mim, o que aconteceu nesses meses foi chacina.
*Para a honra e glória do Senhor, no outro dia de manhã foi tomada. Polícia passa
 agora. Tem festa direto. É muito mais fácil você acreditar em uma pessoa
 envolvida do que num policial. Eles chegaram lá, foi feita a festa das crianças,
 eles contrataram brinquedos, doce, pipoca.*
*O mesmo direito que a pessoa que mora na beira-mar tem, o da periferia tem,
 porque a gente sabe que a criança da periferia ela não tem as mesmas
 oportunidades de uma criança que mora na Aldeota.*

Não se trata apenas de uma ruptura de consciência, que passa do natural ao político. Há, sobretudo, um deslocamento profundo no cuidado cotidiano, especialmente em relação aos netos e a outros parentes próximos. É comum que essas mulheres falem sobre o “mundo lá fora”, sobre o tipo de criação que agora sentem a responsabilidade de oferecer, uma criação que precisa ser coerente com a realidade que conhecem. Carregam consigo a necessidade constante de evitar que a história se repita. Uma visão mais aguda sobre o mundo.

Maria do Curió

Eu não deixo meu neto chegar tarde em casa. *Ele tá naquela fase, né? De
 adolescência.*
*Eu disse pra ele “menino, ó, eu to fazendo isso pro seu bem, porque depois... o
 que acontecer, não tem mais volta”.*
*A polícia, ela... ela entra no território. Ela é dona... dona dali. Um policial chega
 numa casa e diz que quer entrar. De onde é que tem isso? Ninguém pergunta nada.*
Ninguém mostra papel. Eles entram.
Meu neto não entende. Ele não sabe, né? O que acontece lá fora.

Nesse processo, a percepção sobre o espaço geográfico também se transforma. O território deixa de ser apenas lar e passa a ser compreendido como alvo do Estado. Vive-se em estado de alerta. A periferia é reconhecida como um espaço marcado por um urbanismo de risco, onde a precariedade habitacional e a insegurança jurídica da posse caminham lado a lado com a violência urbana (Rolnik, 1999).

A periferia, nesse sentido, passa a ser vista como um “território inimigo”, um espaço a ser eliminado ou controlado por meio de incursões policiais que frequentemente resultam em mortes e prisões (Rolnik, 1995; Rolnik, 1999). A perspectiva política explicita aquilo que

sempre foi sentido na pele: morar na periferia impõe uma condição permanente de não-cidadania.

Maria do Mães da Periferia

Eu não vou mais [pra beira mar], eu não tenho vontade mais de ir. Porque quando eu vou lá eu me sinto mal, é como se aquele ambiente ali não me cabesse.

As mulheres nomeiam as violências, reconhecem padrões e identificam estratégias do Estado. A organização política e a vivência do falecimento de seus filhos oferecem palavras novas, capazes de organizar aquilo que já vinha sendo vivido, ainda que de forma dispersa. Surge, então, a necessidade de denunciar também como forma de ensinar: ensinar a quem escuta, ensinar outras mães. Trata-se de uma pedagogia dura, construída a partir da dor, da repetição e da insistência.

Encerrar este capítulo é reconhecer que, ao falarem da morte de seus filhos, muitas outras camadas se colocam em movimento. A perda produz uma ruptura individual profunda, que reorganiza a maneira como essas mulheres se colocam no mundo. O tempo se fratura, o corpo adoece e a palavra se transforma em denúncia. Uma denúncia situada, atravessada por gênero, raça e experiência.

4. ENTRE O LUTO E O ESTADO

Este capítulo nasce de um deslocamento. A pergunta que se impõe é: o que sustenta a vida quando tudo isso acontece? Quando o filho morre, quando o processo se arrasta ou é arquivado, quando a violência se repete e o Estado se faz presente apenas pela força ou pela ausência, o que resta para seguir vivendo?

Ao longo das escutas, percebi que a relação dessas mulheres com o Estado é marcada por ambivalência. O Estado aparece como agente direto da morte, por meio da polícia; como instância burocrática que promete justiça, mas raramente a entrega; e como estrutura administrativa que, quando chega, chega tarde, de forma fragmentada ou insuficiente. Prefeitura, Governo do Estado, Ministério Público, Defensoria, Judiciário: instituições que deveriam proteger e reparar, mas que frequentemente produzem novas violências, seja pelo silêncio, pela morosidade ou pela desresponsabilização.

No entanto, esse capítulo não está limitado a narrar o abandono institucional. Ele se constrói a partir daquilo que escapa ao Estado. Porque, apesar dos pesares, essas mulheres

seguem vivendo. Seguem cuidando dos netos, dos outros filhos, das casas, das memórias. Seguem comparecendo a audiências, a marchas, a cultos, a missas, a rodas de conversa. E é nesse entrelaçamento entre luto e luta que surgem outros alicerces: os movimentos de mães, as redes informais de apoio e, de maneira muito contundente, a fé.

A fé, para além de uma abstração teológica, aparece como prática cotidiana de sobrevivência. Ela não apaga a dor, não substitui a justiça e tampouco impede o adoecimento. Mas oferece linguagem, sentido e continuidade quando o mundo parece ter perdido qualquer lógica. Para muitas dessas mulheres, é a fé que permite acordar, sair de casa, cuidar de alguém, ou simplesmente permanecer viva.

Assim, este capítulo se dedica a compreender como essas mulheres transitam entre o luto e o Estado, construindo estratégias de sobrevivência em um cenário de violência institucional contínua. Ao analisar as instituições de justiça, os movimentos sociais e o papel da fé, busco entender o que falha, mas, sobretudo, o sustenta.

4.1. O primeiro encontro

O primeiro contato das mães de jovens assassinados com as instituições do Estado é marcado por um momento profundamente traumático. A mulher que chega ao espaço público investida de sua identidade materna é, quase de imediato, reclassificada como parte processual dentro de uma engrenagem burocrática. Não há preparação possível. O filho morreu, de forma violenta, e a mãe é lançada abruptamente em um circuito institucional que não reconhece o tempo da dor. Esse choque inicial se manifesta por meio de uma linguagem fria, técnica e administrativa, que, embora necessária ao funcionamento do Judiciário, não deveria se sobrepor à subjetividade dessas mulheres, ainda mais quando se trata de vítimas diretas da violência estatal.

A experiência institucional tende a produzir uma suspensão da dimensão humana do conflito. Em um período em que atuei como estagiária de pós-graduação na Vara Criminal responsável pelos julgamentos de homicídio na cidade, essa lógica tornou-se evidente. No ambiente do Judiciário, especialmente na fase de julgamento e no trabalho de gabinete, pouco importa quem são as partes ou o que estão sentindo. O foco recai exclusivamente sobre a coleta de depoimentos, a análise da existência ou não de indícios de autoria e materialidade⁴ e

⁴ A materialidade do crime se caracteriza pela prova de que o delito realmente ocorreu. Exemplos disso são o Laudo Necroscópico e o Laudo de Local do Crime, que confirmam a morte e sua causa por ação de terceiros. Essas conclusões fundamentam-se nas análises técnicas feitas tanto no corpo da vítima quanto no ambiente onde o crime aconteceu

o cumprimento dos ritos processuais. As pessoas envolvidas, suas histórias e suas dores permanecem à margem do procedimento.

No entanto, é na fase de investigação que o acompanhamento institucional do Estado se mostra ainda mais decisivo e violento para essas mulheres. Antes mesmo de qualquer apuração aprofundada, termos como “auto de resistência”, hoje em dia substituído por “legítima defesa” surgem nos registros oficiais, funcionando como uma narrativa prévia que criminaliza o jovem morto e legitima a ação policial (Morabito, 2024). A mãe, ainda atordoada pela perda, passa a ser convocada a justificar a existência do filho, a provar que ele não merecia morrer. Então, a lógica da presunção de inocência é invertida. O morto já é culpado, e a família precisa lutar para limpar sua memória.

O Instituto Médico-Legal (IML) figura como um dos momentos mais violentos dessa travessia institucional. A relação com o corpo do filho é mediada por protocolos que desconsideram o impacto simbólico da morte. Caixões lacrados, corpos mutilados, demora na liberação e ausência de explicações claras compõem esse cenário. Muitas mães relatam que não puderam sequer ver o rosto do filho, sendo privadas do que a literatura psicanalítica denomina “teste de realidade”, fundamental para o processo de elaboração do luto. O corpo passa a pertencer ao Estado (Morabito; Cremasco, 2023, p. 13). As informações sobre as circunstâncias da morte são controladas, fragmentadas ou simplesmente negadas, enquanto os laudos permanecem sob domínio exclusivo das forças policiais envolvidas.

Maria do Mães da Periferia

Eles não respeitaram nem minha dor; porque eu chegando em casa, eles já estavam na minha casa pra mim abrir a casa pra eles olharem, os policiais da civil e foi esses policiais que vieram me buscar de manhã pra delegacia, aí eu disse que não precisava, porque eu ia sozinha.

Quando a investigação alcança o Ministério Público, o que se observa, a partir do acesso que tive a algumas audiências, é um ambiente rigidamente formal e pouco permeável à escuta. Juiz, promotor e, por vezes, defensor público, raramente mulheres nesses espaços, entram na sala trocando cumprimentos informais, risadas e conversas triviais, até que assumem suas posições institucionais e vestem as togas, iniciando a performance profissional de objetividade e distanciamento. Predomina a opacidade. O Ministério Público, via de regra, não mantém contato com as vítimas sobreviventes para além da oitiva formal. Quando opta pelo arquivamento do caso, as razões são lançadas nos autos sem qualquer diálogo com os

familiares, que são informados por meio de correspondência escrita, em linguagem técnica, impessoal e fria.

Há, ainda, um aspecto mais grave e frequentemente silenciado que é a percepção, por parte das mães, de que algumas das instituições responsáveis pela investigação e pelo julgamento estão direta ou indiretamente ligadas aos mesmos grupos que produziram a morte de seus filhos. Policiais que permanecem em serviço, delegados que se protegem mutuamente, promotores que reiteram versões oficiais sem questionamento. Em alguns casos, essas mulheres relatam ameaças veladas ou explícitas, olhares intimidadores, recados indiretos, conselhos para “não mexer com isso”, reforçando a sensação de vulnerabilidade e risco permanente.

Maria do Mães da Periferia

Na época, nós, as mães, fomos atrás. Mas fomos ameaçadas. Inclusive eu. As ameaças vieram de instituições ligadas à justiça. Quando eu fui nessa instituição, colocaram uma arma .40 em cima da mesa e ficavam perguntando **se eu tinha certeza** de que tinham sido policiais que tinham matado meu filho. No velório, o carro da instituição passava e ficava olhando, baixou o vidro pra intimidar.

*Aí depois eu descobri que ***** [a pessoa da instituição] era do grupo de extermínio também do policial assassino.*

A violência institucional também se manifesta na relação com agentes públicos da administração, como prefeitos, governadores e secretários. Muitas mães relatam tentativas de diálogo, pedidos de audiência e envio de cartas. Quando conseguem acesso, são frequentemente instrumentalizadas como palanque político, utilizadas em discursos vazios de solidariedade que não se convertem em políticas públicas efetivas. Em outros momentos, são simplesmente ignoradas, tratadas como se não existissem. Não há retorno, acompanhamento ou compromisso.

Maria do Curió

Tô dizendo pra você, que nós, pra gente conseguir tudo isso e ter toda essa justiça, foi muito sofrimento.

A gente foi falar, na época, com a vice-prefeita, recebida como nós não existimos.

Até hoje prometeram fundos e mundos, que ia fazer como se o memorial dos meninos retratando, até hoje o Estado não pediu isso pra nós. Era pra ele fazer isso.

Foi muito “não”. As pessoas diziam, olha, eu via na cara das pessoas, só que eu guardava pra mim. Eu via na cara das pessoas, que as pessoas achavam que não ia ter justiça.

[...] *Porque eu acho assim, foi o Estado que tem que reparar isso. Não é favor. Ele tinha que ter pedido desculpa. Tinha que ter feito justiça.*

Nesse processo, a identidade da mulher é profundamente violentada. A mãe que clama pelo filho é transformada em um número de processo. Sua fala é mediada por advogados, promotores e juízes que falam por ela, sobre ela, sem ela. São mulheres faladas pelo sistema, infantilizadas, destituídas de voz própria.

As narrativas das mulheres, em especial da Maria do Curió, revelam a importância de alguns apoios institucionais e coletivos que tensionam essa lógica. A Defensoria Pública aparece, em diversos momentos, como uma das poucas portas acessíveis dentro do sistema de justiça, oferecendo orientação jurídica, acompanhamento processual e, sobretudo, uma escuta menos hostil. Um trabalho que ultrapassa a teia burocrática jurídica, mas que entra na militância junto com o Movimento de Mães e Familiares do Curió.

Do mesmo modo, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA Ceará) é bastante mencionado como apoiador, especialmente na defesa dos direitos humanos de crianças, adolescentes e seus familiares, atuando na articulação entre denúncias, acompanhamento jurídico e visibilidade pública dos casos.

Essas afirmações partem, portanto, tanto da escuta atenta dessas mulheres quanto da minha própria experiência como mulher que atuou em órgãos do sistema de justiça, especialmente na Vara responsável por julgamentos de homicídio, tendo visto, lido e escutado inúmeros casos de violência policial.

4.2. Omissão e ausência de reparação

A morte de jovens negros pelas mãos do Estado brasileiro não é sucedida por amparo institucional. O que se apresenta às mães, depois do enterro, é um vazio. Um silêncio prolongado, atravessado apenas por papéis, protocolos e portas que não se abrem. O Estado, que aparece com força máxima no momento da morte, se dissolve quando a vida que resta passa a demandar cuidado, proteção e reparação.

Nas falas das mulheres, essa ausência é recorrente. Trata-se da inexistência de políticas públicas e de uma presença estatal que se limita ao controle, à burocracia e à repressão. Quando o luto chega, não há acompanhamento, não há política continuada, não há

cuidado estruturado. Há encaminhamentos. Há formulários. Há filas. E há, sobretudo, a sensação constante de estar perdendo tempo em espaços que não oferecem proteção real.

As redes de assistência social, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou o Conselho Tutelar, acabam surgindo como lugares de desorientação. Espaços em que se repete a história, se assinam documentos e se aguardam respostas que não chegam (Cunha, Moreira, 2023). O que deveria funcionar como proteção se transforma em mais uma etapa do cansaço. As ameaças seguem existindo. A vulnerabilidade permanece. E o Estado responde com uma lógica administrativa mínima, incapaz de enfrentar o risco concreto vivido por essas mulheres.

No campo da justiça, a omissão assume contornos ainda mais evidentes. A morosidade dos inquéritos, a naturalização dos arquivamentos baseados em legítima defesa, a ausência de investigações independentes e a dificuldade de acesso à informação tornam quase inviável qualquer responsabilização criminal. O direito à indenização, quando dificilmente existe, é atravessado por anos de espera, desgaste emocional e insegurança financeira. Para muitas famílias, sequer chega a ser cogitado.

O Estado e a sociedade empurram essas mulheres para o esquecimento, como se insistir fosse um excesso, uma teimosia indevida.

Quando o sofrimento transborda no corpo, a resposta estatal não vem na forma de cuidado integral. Vem pela medicalização (Morabito, 2024). O luto, atravessado por violência estrutural, racismo e perda abrupta, é tratado como um transtorno individual. As mães relatam que recebem, quase sempre, a mesma oferta: remédios. Calmantes. Antidepressivos.

Esse processo é descrito por muitas como uma forma de morte lenta. O corpo vai adoecendo aos poucos, enquanto o Estado segue ausente. Trata-se de um padrão que se repete em diversas histórias, inclusive entre mulheres que não chegaram a se organizar politicamente.

A ausência de políticas públicas também se manifesta na falta de memória e de reparação simbólica (Morabito, 2024). Embora existam promessas institucionais, datas oficiais ou semanas de conscientização, esses marcos raramente se convertem em ações concretas. Memoriais não são construídos. Verdades não são publicamente reconhecidas. A história dos jovens mortos permanece sendo narrada apenas por suas mães, familiares e movimentos sociais.

Esse apagamento produz um desmentido social profundo. Ao não reconhecer publicamente a violência sofrida, o Estado impede a elaboração coletiva do luto e reafirma a lógica de que essas vidas não importam. A reparação, quando acontece, não vem como

política pública. Vem como conquista arrancada, construída na insistência, na denúncia e na organização coletiva.

Diante desse vazio, são os movimentos sociais que assumem tarefas que deveriam ser estatais. São eles que produzem conscientização, letramento jurídico e acolhimento. São eles que explicam processos, traduzem decisões, ensinam direitos. São eles que devolvem nomes e rostos às estatísticas, enfrentando a narrativa de que esses jovens eram apenas “bandidos” ou “CPFs cancelados” (Morabito, 2024).

Mais do que isso, são os movimentos que constroem redes de solidariedade. Mulheres cuidam de mulheres. Compartilham medicações, contatos, advogados(as), psicólogos(as), palavras e silêncios. Operam a partir de uma lógica comunitária, sustentada por vínculos, e não por protocolos.

É justamente na ausência da atuação estatal que o movimento passa a ocupar um lugar central na vida dessas mulheres. Onde o Estado não chega, o movimento permanece. Onde não há política pública, há relação. Onde não há reparação institucional, há cuidado coletivo. É nesse deslocamento que se revela uma das dimensões mais duras da experiência dessas mães: sobreviver não porque o Estado ampara, mas apesar dele.

4.3. Os Movimentos de Mães

Se, no subtópico anterior, a ausência do Estado se apresentou como silêncio, burocracia e abandono, é nesse vazio que os movimentos de mães passam a existir como resposta concreta. Eles não surgem de uma vocação prévia para a militância, nem de um projeto político abstrato. Emergiram da dor que não encontrou acolhimento institucional, da necessidade de seguir vivendo quando o mundo parecia ter acabado no dia do enterro.

Nas falas das mulheres, o movimento aparece, antes de tudo, como um lugar de permanência. Um espaço onde não é preciso explicar o que aconteceu, onde a repetição da história não cansa, onde a dor não é tratada como exagero. Diferente das repartições estatais, em que o tempo do luto é incompatível com o tempo do protocolo, no movimento o tempo se alonga. Há quem chegue em silêncio, quem fale demais, quem chore, quem apenas escute. Todas permanecem.

O que se constrói ali é a convivência. As mulheres relatam que o movimento se torna um espaço de amizade, de cuidado cotidiano, de troca de experiências que atravessam muito além do processo judicial. Compartilham informações sobre audiências, defensores(as)

e advogados(as), mas também sobre remédios, consultas médicas, dificuldades financeiras e noites sem dormir. O movimento passa a ocupar o lugar que o Estado abandonou: o de acompanhar a vida que ficou (Araújo, Souza, Silva, 2022).

Maria do Mães da Periferia

Comecei terapia em 2020, com o Movimento que tem os psicólogos. Ajuda muito.

Agora estamos numa pesquisa em São Paulo, quem tá pagando é o Ministério de

Direitos Humanos, reúne dois sábados por mês.

[...]

Ela [Débora, do Movimento Mães de Maio] veio um bocado de vez pra cá, a gente já se juntou, a gente passa o dia junto, a gente almoça e depois volta de novo pra conversar.

O Movimento reconhece padrões, identifica semelhanças entre os casos, compreendem que suas histórias não são exceções, mas parte de uma engrenagem maior. O que começa como uma busca individual por respostas se transforma em consciência coletiva.

É nesse processo que o movimento deixa de ser apenas local e se insere em uma rede mais ampla. As histórias das Mães do Curió e das Mães da Periferia dialogam com as de Acari, Vigário Geral, dos Crimes de Maio, do Beco do Candeeiro. Estados diferentes, décadas distintas, o mesmo roteiro: jovens negros mortos, investigações falhas, tentativas de criminalização das vítimas e das mães, silêncio institucional. A articulação entre os movimentos rompe o isolamento geográfico e transforma a denúncia em algo maior que o território. Não se denuncia apenas uma chacina, mas um sistema.

As mulheres compreendem, a partir dessa articulação, que a violência é uma política reiterada. Por isso, a denúncia que emerge dos movimentos de mães é estrutural. Ao narrar suas histórias, essas mulheres expõem o funcionamento de um Estado que produz morte e se omite diante do sofrimento que causa. Como aparece nos contos, denunciar passa a ser também uma forma de ensinar: ensinar quem escuta, ensinar outras mães, ensinar que a violência não começa nem termina no disparo.

Importa dizer que os movimentos não se sustentam pela romantização da força feminina ou pela ideia de resiliência heroica. Tanto que, apesar do movimento, as dores ainda doem. Elas não se veem como fortes porque suportam tudo, mas como sobreviventes em um contexto que insiste em não lhes oferecer escolha. O movimento, nesse sentido, nasce da

recusa em adoecer sozinha, em enlouquecer isolada, em aceitar o esquecimento como destino.

Maria do Curió

Eu, pelo menos, não confio em polícia.

Eu sou sobrevivente no mundo.

Também é no movimento que essas mulheres reelaboram suas identidades. Muitas relatam que, antes, eram apenas mães, filhas, trabalhadoras. Depois da perda, passam a ocupar um lugar público, político, ainda que não tenham desejado isso. Aprendem a falar em audiências, a dialogar com a imprensa, a participar de atos e audiências públicas. Não porque buscaram protagonismo, mas porque foram empurradas para ele pela ausência de respostas institucionais.

A presença massiva das mulheres nesses movimentos não é casual. Ela revela como o patriarcado e o racismo estruturam tanto a violência que mata seus filhos quanto o abandono que se segue à morte. São majoritariamente mulheres negras e periféricas que permanecem quando o Estado se retira, assumindo tarefas de cuidado, denúncia e sustentação emocional que nunca foram distribuídas de forma equitativa entre gêneros.

Lélia Gonzalez (2020) já apontava que a experiência das mulheres negras no Brasil é marcada pela sobreposição de opressões, em que racismo e sexismo operam de maneira indissociável. A essas mulheres nunca foi oferecida a possibilidade da fragilidade. Ao contrário, seus corpos foram historicamente moldados para o trabalho, para o cuidado e para o silêncio. Nos movimentos de mães, essa lógica se repete de forma cruel: espera-se que elas sejam fortes, que resistam, que transformem a dor em luta, sem que lhes seja garantido o direito ao cuidado.

As próprias falas das mulheres evidenciam essa contradição. Ao mesmo tempo em que são reconhecidas publicamente como símbolos de resistência, continuam sendo alvo de deslegitimação, vigilância e violência simbólica. São frequentemente retratadas como exageradas, ressentidas ou perigosas. Quando denunciam, são acusadas de politizar a dor. Quando insistem, são vistas como incômodas. O que se pune, nesses casos, é o fato de serem mulheres ocupando o espaço público e confrontando uma ordem patriarcal que historicamente lhes negou voz.

A romantização da resistência feminina negra funciona como mecanismo de exploração simbólica: transforma sofrimento em mérito e apaga a responsabilidade do Estado (Gonzalez, 2020; Franco, 2018). As mães não se tornam fortes porque perderam seus filhos,

se tornam organizadas e, portanto, mais fortes. Nesse sentido, a força é ressignificada, porque os saberes coletivos compartilhados somam com estratégias de enfrentamento ao racismo institucional, ao machismo presente nas instituições de justiça e à lógica patriarcal que tenta confiná-las ao luto silencioso. O movimento se torna, assim, um espaço de formação política, ainda que muitas delas nunca tenham se reconhecido, antes, como militantes.

Os movimentos, portanto, são a evidência da ausência da política pública, não um complemento. Existe porque o Estado não chegou, mas permanece para além disso.

CONCLUSÃO

Esta dissertação partiu da inquietação em compreender as experiências de mulheres que tiveram seus filhos assassinados pela violência policial no estado do Ceará, deslocando o foco do evento da morte para aquilo que se produz depois dela. O objetivo geral da pesquisa foi analisar quais impactos essa perda provoca em suas vidas. Ao longo do percurso, buscou-se também tensionar as formas de produção do conhecimento jurídico, apostando na escrivência como método e como gesto político.

A escolha metodológica pela escuta situada e pela escrita em forma de contos permitiu acessar dimensões da experiência que dificilmente emergiriam por meio de outras abordagens do Direito. Ao narrar as trajetórias de Maria do Curió e Maria do Mães da Periferia, tornou-se possível compreender essas mulheres para além da condição de “mães de vítimas”, reconhecendo-as como sujeitos atravessados por histórias anteriores à perda e por continuidades que persistem depois dela. A maternidade, embora central, não esgota suas existências. O luto, por sua vez, não se apresenta como estado estático, mas como processo contínuo, marcado por rupturas no tempo, no corpo e na forma de se colocar no mundo.

Os capítulos centrais da dissertação evidenciaram que a violência de Estado ultrapassa o momento do assassinato. Ela se prolonga na forma como o sistema de justiça atua ou deixa de atuar, na morosidade dos processos, nos arquivamentos recorrentes, na ausência de políticas públicas de cuidado e reparação e na produção de um silêncio institucional que revitimiza essas mulheres. O Estado, que aparece de maneira contundente no momento da morte, se mostra ausente quando o que se exige é proteção, acolhimento e responsabilização. Essa ausência não é neutra: ela produz adoecimento, isolamento e desgaste físico e emocional.

A percepção sobre o mundo já existia para essas mulheres. Sabem onde vivem, conhecem a precariedade dos serviços públicos, a seletividade da ação policial e a lógica que

transforma determinados espaços urbanos em zonas permanentes de suspeição. O que o assassinato de seus filhos provoca é a explicitação brutal dessa realidade. Aquilo que antes era vivido como cotidiano passa a ser nomeado como política de Estado.

A periferia, em suas narrativas, deixa de ser apenas o lugar da moradia, da família e da memória afetiva, para ser reconhecida como um território marcado pela gestão da morte. Trata-se de um espaço onde a presença estatal se dá quase exclusivamente por meio da polícia, enquanto políticas de cuidado, proteção social, lazer, educação e saúde aparecem de forma fragmentada ou inexistente. O território, nesse sentido, organiza as possibilidades de vida e define quem é passível de luto, de justiça e de reparação.

As Marias evidenciam que morar na periferia produz uma condição permanente de vulnerabilidade jurídica e social. O endereço passa a funcionar como marcador de criminalização, justificando abordagens violentas, execuções sumárias e o tratamento institucional indiferente após a morte. A atuação policial, longe de ser percebida como proteção, é compreendida como ameaça constante, o que reconfigura a relação dessas mulheres com o espaço urbano, com o tempo e com a criação de seus filhos e netos.

Nesse contexto, as mães reconhecem que seus filhos foram mortos por uma lógica que associa periferia, negritude e perigo. Essa percepção desloca a denúncia do plano individual para o estrutural, revelando que a violência não se limita ao ato do disparo, mas se sustenta em políticas urbanas excludentes e em um projeto de segurança pública orientado pelo confronto.

Ao analisar a relação dessas mães com as instituições, foi possível identificar que a experiência institucional é frequentemente marcada por burocracia, desinformação e desumanização. Encaminhamentos formais substituem políticas públicas efetivas, a medicalização do sofrimento ocupa o lugar do cuidado integral e a promessa de justiça raramente se concretiza. Esse cenário confirma a hipótese da pesquisa de que a violência de Estado se manifesta também na manutenção de um ciclo de silenciamento, isolamento e revitimização dessas mulheres.

Diante desse vazio institucional, o trabalho demonstrou que os movimentos de mães ocupam um papel central na sustentação da vida. Longe de se limitarem à denúncia pontual, esses movimentos constroem redes de cuidado, produzem letramento jurídico, elaboram memória coletiva e transformam a dor individual em denúncia do sistema. A articulação entre movimentos de diferentes estados evidencia que se tratar de uma engrenagem estrutural que opera a partir de raça, classe, território e gênero. O cuidado que emerge desses espaços, nesse sentido, é político. Permitir seguir vivendo.

Mulheres esquecem de si com uma facilidade assustadora. Talvez porque, para muitas mulheres, cuidar de si nunca tenha sido apresentado como possibilidade concreta, mas como luxo. O cuidado próprio aparece sempre adiado, empurrado para depois, como se houvesse uma fila invisível onde todos passam antes. Filhos, netos, companheiros, familiares, vizinhos. Sempre alguém na frente. E, às vezes, essa vez nunca chega.

Nas falas das mulheres, esse esquecimento não é dito diretamente, mas se anuncia nos silêncios. No modo como falam do corpo cansado, da saúde que vai ficando para depois, do dinheiro que nunca sobra para elas. O dinheiro é primeiro para “eles”. Quem são “eles” varia: filhos vivos, filhos mortos, netos, a casa, a igreja, a luta. Mas a regra se repete: eu depois. E quando esse depois chega, muitas vezes já não há forças, tempo ou escolhas.

Esse adiamento constante produz um estado de suspensão. Um limbo em que o cuidado não acontece. Ninguém sente pena dessas mulheres, e talvez nem devesse. O que se revela, no entanto, é a crueldade de um mundo que exige resistência permanente sem oferecer amparo.

A fé aparece, nesse cenário, como sustentação. Não resolve a dor, não apaga a ausência, não devolve os filhos. Mas cria algum chão quando tudo parece desmoronar. Para algumas, é o único espaço onde ainda se pode chorar sem ser julgada, pedir sem precisar explicar, existir sem precisar lutar o tempo inteiro.

É importante dizer: essas reflexões não surgem necessariamente de falas diretas, mas do que se constrói entre as palavras. No que é repetido. No que escapa. No que pesa. O “eu” individual parece ter perdido cor, contorno, prioridade. Ainda assim, não desaparece por completo. Ele resiste nos pequenos gestos: numa risada compartilhada, numa conversa sem pauta política, num café dividido, numa memória boa.

O tempo de agora não é o tempo da superação. Não é o tempo da justiça concluída, nem da reparação feita. É o tempo do que resta. E o que resta é vida. Uma vida atravessada pela perda, pela luta e pela ausência do Estado, mas ainda assim vida. Mulheres que seguem existindo como pessoas. Com histórias que começaram antes da morte de seus filhos e continuam depois dela.

Talvez não haja muitos planos. Talvez o futuro seja pensado em dias curtos, em semanas, em pequenos compromissos. Mas há expectativa de vida. Há o desejo de ver os netos crescerem, de acompanhar outros filhos, de ir à igreja, de manter o movimento vivo, de simplesmente acordar no dia seguinte. Há o direito de continuar, mesmo quando tudo conspira para o esgotamento.

O que resta da vida não é pouco. É tudo o que ainda pulsa. E enquanto houver pulso, há presença, há cuidado, ainda que improvisado, e há futuro, mesmo que frágil. Encerrar este trabalho não significa fechar essas histórias. Pelo contrário. Significa reconhecê-las como inacabadas, abertas, em curso. Reconhecer que essas mulheres não vivem apenas do luto, mas apesar dele.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALVIN, Rosilene. **Mães de Acari**: uma história de luta contra a impunidade. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 577–578, 1995. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v03n02/v03n02a26.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

ANDRADE, Josemeire Ferreira. **Do luto à luta**: análise das narrativas de mulheres negras sobre a violência policial. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeiras, 2019. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/pgcienciassociais/dissertacoes-de-mestrado/category/23-2019>. Acesso em: 11 fev. 2026.

ARAÚJO, Etyelle Pinheiro de. **Cada luto, uma luta**: narrativas e resistência de mães contra a violência policial. Rio de Janeiro: Numa Editora, 2022.

ARAÚJO, Fábio Alves. **Do luto à luta**: a experiência das Mães de Acari. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=86052. Acesso em: 11 fev. 2026.

ARAÚJO, Verônica Souza de; SOUZA, Edinilsa Ramos de; SILVA, Vera Lúcia Marques da. “Eles vão certeiros nos nossos filhos”: o adoecimento e resistências de mães de vítimas de ação policial no Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1327–1336, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2022.v27n4/1327-1336/pt>. Acesso em: 9 fev. 2026.

BAIA, Luara Paula Vieira. **Maternidade tem cor?** Vivências de mulheres negras sobre a experiência de ser mãe. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020. Disponível em: <https://pgc.uem.br/arquivos-dissertacoes/luara-paula-vieira-baia.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2026.

BARBOSA, Alexsandra dos Santos; BRAGA, Sônia Maria da Costa. A solidão da mulher negra e a maternidade solo: vivências reais. **Revista Docentes**, Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://revistadocentes.seduc.ce.gov.br/revistadocentes/article/view/1230>. Acesso em: 9 fev. 2026.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. **Periferia da grande São Paulo**: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

BRITO, Maíra de Deus. **História de vida de mães que perderam os filhos assassinados**: “uma dor que não cicatriza”. 2017. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania), Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

BRITO, Maíra de Deus. **O samba é santo**: escrevivências sobre Mãe Dora de Oyá. 2023. Tese (Doutorado em Direitos Humanos e Cidadania), Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965–985, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TJMLC74qwb37tnWV9JknbkK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 fev. 2026.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 12 ago. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CUNHA, Viviane Martins; MOREIRA, Lisandra Espíndula. A subtração da vida como política de morte: vozes de mães de jovens negros assassinados. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, e247435, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/>. Acesso em: 11 fev. 2026.

EVARISTO, Conceição. **A escrevivência e seus subtextos**. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabel Rosado (org.). *Escrevivência: a escrita de nós*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita**. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). *Representações performáticas brasileiras*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d’água**. Rio de Janeiro: Pallas Mini, 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo; NOLETO, Márcia Cristina Massena Fernandes. O imensurável da experiência do luto materno. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, e235347, 2022. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/>. Acesso em: 9 fev. 2026.

FLAUZINA, Ana Luíza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FRANCO, Marielle. **A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos**. In: BUENO, Winnie et al. (org.). *Tem saída? Ensaio crítico sobre o Brasil*. Porto Alegre: Zouk, 2017.

G1. Chacina do Curió: Justiça marca julgamento dos últimos 10 réus; veja datas. **G1 Ceará**, Fortaleza, 2 jul. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2025/07/02/chacina-do-curio-justica-marca-julgamento-dos-ultimos-10-reus-veja-datas.ghtml>. Acesso em: 2 jul. 2025.

GOMES, Luciano Bregalanti. **O processo de luto e os efeitos do traumático**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/>. Acesso em: 12 dez. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Rio de Janeiro, p. 223–244, 1984. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/>. Acesso em: 11 fev. 2026.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

HOOKS, bell. **Vivendo de amor**: o amor cura. 2008. Disponível em: https://naluidread.blogspot.com/2008/06/vivendo-de-amor-bell-hooks-o-amor-cura_9183.html. Acesso em: 9 fev. 2026.

IDMJRACIAL. **IDMJRacial no VIII Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terror de Estado**. 2025. Disponível em: <https://dmjracial.com/2025/05/21/idmjracial-no-viii-encontro-nacional-de-maes-e-familiares-de-vitimas-do-terror-de-estado-florianopolis-sc/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

KILOMBA, Grada. Quem pode falar? In: KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 47–70.

LIMA, Taiane Alves de. **“Mãe solo é mãe sozinha”**. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/>. Acesso em: 9 fev. 2026.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123–151, 2016.

MORABITO, Júlia Tocalino; CREMASCO, Maria Virginia Filomena. O luto materno em situação de violência policial. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 1–15, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/>. Acesso em: 11 fev. 2026.

MORAIS, Luana Michaelhy da Silva. **Escrevivendo a infância em Olhos d’água de Conceição Evaristo**. 2022. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade), Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2022. Disponível em: <https://tede.bc.uepb.edu.br/>. Acesso em: 9 fev. 2026.

MOREIRA, Adilson. Pensando como um negro. **Revista de Direito Brasileira**, São Paulo, v. 18, p. 393–421, 2017. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. 34. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 1994. Disponível em: <https://www.escolapcdob.org.br/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. A construção conceitual e espacial dos territórios negros no Brasil. **Revista de Geografia**, v. 35, p. 204–218, 2018. Disponível em: <https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade; VEILLETTE, Anne-Marie. Mulheres de favela e o (outro) feminismo popular. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, e74258, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

PANTA, Mariana; SILVA, Maria Nilza. Cidade, branqueamento e colonialidade. **Crítica e Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 28–49, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

PANTA, Mariana. População negra e direito à cidade. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Journal of World-Systems Research, v. 11, n. 2, p. 342–386, 2000. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

QUINTELA, Débora Françolin. O movimento de mães contra a violência policial. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 3, p. 867–890, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992202136030002>. Acesso em: 12 ago. 2025.

REZENDE, Ana Flávia; ANDRADE, Luís Fernando Silva. Direito do negro à cidade. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 14, e20210438, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.014.e20210438>. Acesso em: 12 ago. 2025.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 3–19, 1989. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Maria Angélica dos. **E eu não sou uma jurista?**. 2021. Tese (Doutorado em Direito), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SILVA, Mário Magno de Oliveira; SILVA, Vera Regina Rodrigues da; PORTELA, Caio Barbosa. Mães contra violência policial. **Tensões Mundiais**, v. 19, p. 145–166, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Esclarecimentos

Este é um convite para participar da pesquisa intitulada provisoriamente por “Fragmentos de um mundo que existe: narrativas de mulheres que perderam seus filhos para a violência policial cearense”, realizada pela mestrandia Adrielle Jaira de Moraes Luciano, sob a orientação do Prof. Dr. Felipe Araújo Castro, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFERSA.

A participação é voluntária, o que significa que a convidada poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga prejuízo ou penalidade.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender as narrativas de mulheres que perderam seus filhos em decorrência da violência policial, buscando analisar como essas experiências de perda, dor e resistência produzem sentidos sobre justiça, humanidade e sobrevivência. Pretende-se, ainda, compreender de que forma essas narrativas revelam práticas e saberes que desafiam as estruturas de poder e a violência institucional.

Caso aceite o convite, a participação acontecerá por meio de uma entrevista individual, em formato de conversa aberta, com duração média de 1 a 2 horas.

Para análise dos dados coletados na entrevista, pedimos autorização para gravar o áudio do diálogo (que não será divulgado para terceiros), sendo resguardado o sigilo referente ao nome da pessoa entrevistada, a qual não será identificada na publicação dos resultados da pesquisa, se for do interesse da entrevistada.

As histórias compartilhadas poderão compor textos narrativos (contos) que farão parte da dissertação de mestrado e de possíveis publicações acadêmicas. Você poderá escolher:

- Ser identificada pelo nome;

- Ser identificada com pseudônimo;
- Ou manter o anonimato completo.

Sua decisão será respeitada em qualquer momento da pesquisa.

A pesquisa pode trazer emoções difíceis, já que trata de lembranças dolorosas. Você pode interromper a entrevista ou se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou penalidades.

Espera-se que sua participação contribua para que as histórias das mães vítimas da violência do Estado sejam reconhecidas como parte da memória e da luta por justiça no Brasil.

Consentimento Livre e Esclarecido

Estou de acordo com a participação na pesquisa descrita acima. Fui devidamente esclarecida quanto ao objetivo da pesquisa e ao procedimento ao qual serei submetida. Foram-me garantidos os esclarecimentos e o direito de desistir da participação em qualquer momento. Declaro que compreendi as informações acima e concordo em participar da pesquisa.

- ☐ Autorizo a gravação em áudio da entrevista.
- ☐ Desejo que meu nome verdadeiro seja utilizado.
- ☐ Prefiro o uso de pseudônimo.
- ☐ Prefiro que não haja nenhuma identificação.

Nome completo da entrevistada:

Data de nascimento: ____/____/____

Raça/cor/etnia: _____

_____, ____ de _____ de _____.

Participante da pesquisa

Pesquisadora responsável